

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS**

**QUÊNIA DE SOUZA**

**EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E  
FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE GAROPABA E PRAIA  
GRANDE, SANTA CATARINA: ALGUMAS REFLEXÕES  
SOBRE A ÓTICA DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL- DTS**

**CRICÍUMA,  
2014**





Aos meus queridos pais,  
pelo exemplo de amor e  
carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu Deus interior, pela iluminação e força, que me ajudou a vencer as diversidades que encontrei pelo caminho.

Aos meus pais, que são minha base e minha fonte diária de inspiração e amor, sem eles nada seria possível.

Ao Patrick, pelo carinho e força que dedicou a mim ao longo desta jornada.

Ao Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes, pela orientação, carinho, amizade e principalmente a força proporcionada.

Aos agricultores, pela cordial recepção e disponibilidade de tempo em responder aos questionamentos nas entrevistas, e contribuição com as suas experiências, sem os quais o trabalho não seria possível.

A todos os meus amigos da turma de mestrado, que no decorrer desta caminhada construímos uma linda amizade.

A todos aqueles que, mesmo indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor. Mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos”.

Martin Luther King

## RESUMO

O atual modelo de desenvolvimento econômico revela uma tensão socioambiental na sociedade moderna. O resultado consiste em fazer com que a sociedade adote um novo modo de desenvolvimento que prioriza a sustentabilidade, sendo que estas ações pautadas em programas e projetos de cunho sustentável. Deste modo o Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS surge a partir da união dos princípios e conceitos de território e desenvolvimento sustentável, com a finalidade de tornar possível o desenvolvimento sem a degradação ao meio ambiente, bem como o respeito os valores e tradições populares. Tal abordagem enfatiza o desenvolvimento local que esta pautada na valorização do potencial do ambiente em questão. Os espaços onde são implantadas políticas e diretrizes de desenvolvimento territorial sustentável configuram ambientes que destacam a relação cultural e territorial dos atores sociais com o ambiente, representados por iniciativas e o resgate do modo de vida das também populações tradicionais. Sendo assim o trabalho apresentado, visou identificar e comparar as experiências e possibilidade de ações de desenvolvimento territorial sustentável em duas regiões do sul do estado de Santa Catarina. Uma região esta localizada em uma zona de amortecimento do Parque Nacional de Aparados da Serra, sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, outra região estuda esta localizada uma área de interface de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, sendo a Área Proteção Ambiental da Baleia Franca e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS. Unidades de Conservação – UC. Populações Tradicionais.

## **ABSTRACT**

The current model of economic development reveals a socio-environmental stress in modern society, which results in some way in order to oblige the company to adopt a new mode of development that prioritizes sustainability, these actions become part of programs and projects. Thus Sustainable Spatial Development - DTS arises from the union of the principles and concepts of territory and sustainable development, in order to make development without adding to the environment as well as the return of the people of tradition possible. This approach emphasizes local development that rule in exploiting the potential of the environment in question. Environments where policies and guidelines for sustainable territorial development are deployed configure environments that highlight the cultural and territorial relationship of social actors in the environment, also setting in traditional population. Therefore the work presented, aimed to identify and compare the experiences and possible actions for sustainable territorial development in two regions of southern state of Santa Catarina. One region is located in a buffer zone of the National Park of Serra Aparados, being a conservation Integral Protection, another study region is located in an area of a conservation for sustainable use interface, with an Environmental Protection Area whale.

**Key-word:** Sustainable Territorial Development. Conservation Units. Traditional Populations.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Mapa de localização do município de Praia Grande.....	70
Figura 2 – Localização do Parque Nacional de Aparados da Serra.....	71
Figura 3 – Mapa de localização do município de Garopaba.....	72
Figura 4 – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.....	73
Figura 5 – Restaurante de produtos coloniais.....	83
Figura 6 – Horta orgânica.....	96
Figura 7 – Engenho de farinha de mandioca.....	96

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA: Área de Proteção Ambiental  
CF: Constituição Federal  
DTS: Desenvolvimento Territorial Sustentável  
DORA: Dynamics of Rural Areas  
FAO: Food and Agriculture Organization  
GPA: Gestão Pública Ambiental  
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
ICMbio: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
OSC: Organização Sociedade civil  
PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAT: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PN: Parque Nacional  
PNAS: Parque Nacional Aparados da Serra  
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SNUC: Sistema Nacional de Unidade de Conservação  
SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente  
UC: Unidades de Conservação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>15</b>
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	165
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>176</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – DTS....	176
<b>3.1.1 Concepção de território.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.2 Territórios rurais, agricultura familiar e desenvolvimento rural.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.3 Desenvolvimento Endógeno (local), Desenvolvimento rural sustentável - DTS e Políticas públicas na agricultura familiar.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1.4 Agroecologia.....</b>	<b>39</b>
3.2 GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL .....	44
3.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC .....	49
<b>3.3.1 Área de Proteção Ambiental - APA.....</b>	<b>54</b>
<b>3.3.2 Parques Nacionais .....</b>	<b>57</b>
3.4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS.....	
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>65</b>
4.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	67
4.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA.....	71
<b>4.2.1 Município de Praia Grande.....</b>	<b>70</b>
<b>4.2.2 Município de Garopaba.....</b>	<b>71</b>
4.3 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA.....	73
4.4 INSTRUMENTO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	75
4.5 LEVANTAMENTO DE CAMPO E COLETA DE DADOS.....	76
4.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS.....	78
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>80</b>

5.1 A PRODUÇÃO AGROECOLOGICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE.....	80
5.2 A PRODUÇÃO AGROECOLOGICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GAROPABA.....	88
5.3 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PRAIA GRANDE E GAROPABA.....	96
<b>6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS, SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de Livre consentimento.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE B - Questionário.....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade sempre foi dependente dos recursos naturais, no entanto, nas últimas décadas o crescimento desordenado das cidades e o modelo capitalista de desenvolvimento da grande maioria dos países têm proporcionado sérios impactos ambientais negativos, tanto no nível local quanto a nível regional e global.

A questão do desenvolvimento econômico, capitalista de consumo exagerado, vem no contexto atual despertando a atenção de governantes e também da sociedade civil, uma vez que os impactos gerados por estas atividades trazem consequências ao todo, ou seja, tanto ao meio ambiente natural quanto ao social.

No cenário atual a sociedade civil vem se tornando cada vez mais forte e atuante através de processos democráticos. Questões que norteiam o bem comum de todos, como desenvolvimento, impactos sociais e ambientais, são pontos incorporados e usados pela sociedade, sendo assim os problemas sociais que tem sua solução no pensar coletivo, obtiveram seus melhores resultados depois que ocorrerão o aperfeiçoamento de estratégias que visam à resolução dos problemas e que geram benefícios ao todo coletivo.

Também se percebe, por parte da sociedade que o mercado consumidor vem buscando cada vez mais produtos especializados, ou seja, produtos que possuem valores, que possam construir uma identidade, muito mais que ate que produtos de bem de consumo padronizados, busca-se produtos com qualidade do ponto de vista social e ecológico.

Sendo assim, atualmente torna-se cada vez mais vem urgente a necessidade de buscar integrar a dimensão territorial no planejamento, por meio de novas estratégias de desenvolvimento, sendo que essa necessidade deve ser atendida na perspectiva reduzir incertezas dos riscos de um processo de globalização, o qual alimenta a

degradação intensiva dos ecossistemas bem como o aumento das desigualdades sociais (ABRAMOVAY, 2010).

Os programas que proporcionam a participação social e a integração de uma gestão participativa são alvos de discussões no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas, estas discussões são referentes às interfaces que envolvem tanto o planejamento quanto a gestão de unidades de conservação de uso sustentável que estão a mercê de varias adversidades e conflitos quanto ao seu uso e gestão.

O desenvolvimento territorial sustentável vem através de ações preverem o tratamento adequado das ações sociais que visam à construção de metodologias, as quais visam o fortalecimento de ações locais.

O presente projeto de pesquisa de dissertação pretende realizar um estudo comparativo de experiências e possibilidades de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), que foram previamente identificadas e selecionadas em duas situações distintas, levando em consideração a influência de áreas de proteção ambiental.

Uma das áreas selecionadas corresponderá a uma zona de amortecimento de área de proteção integral, e a segunda área uma região situada na interface de uma unidade de uso sustentável.

As áreas selecionadas para a pesquisa foram à zona de amortecimento do Parque Nacional de Aparados da Serra, no município de Praia Grande, e a região situada na interface entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a unidade de uso sustentável da APA da Baleia Franca, situada no município de Garopaba, Santa Catarina.

Experiências de resgate de práticas agroecológicas por parte de populações tradicionais constituem importantes alternativas na busca do desenvolvimento territorial sustentável, e condição fundamental para a reversão de processos de degradação atual do meio rural, sendo um fator de fixação das populações no campo.

A existência de políticas públicas voltadas para o

fortalecimento das experiências de produção agroecológicas de base familiar tem contribuído para o resgate de práticas tradicionais e a preservação ambiental. Assim, as seguintes questões deverão nortear esta pesquisa: (i) a criação de unidades de proteção seja de uso sustentável, seja de proteção integral constitui-se em um fator primordial para o sucesso de atividades agroecológicas? (ii) A articulação entre o poder público e os movimentos socioambientais, com o estabelecimento de políticas públicas voltadas para populações tradicionais são fatores fundamentais e suficientes para o sucesso de experiências da agroecológicas no entorno e no interior de unidades de conservação? Nesse contexto, as seguintes hipóteses deverão ser testadas:

- i. O desenvolvimento de atividades econômicas em zonas de amortecimento de unidades de proteção ambiental possibilita melhores condições para o sucesso de atividades agroecológicas do que no interior de unidades de uso sustentável;
- ii. É possível realizar uma conexão entre as condições previstas para o desenvolvimento de atividades econômicas em zonas de amortecimento de unidades de proteção integral e no interior de áreas de proteção de uso sustentável;
- iii. A consolidação e viabilidade de atividades econômicas de base agroecológica depende da existência de políticas públicas e do estado, porém, a articulação autônoma e voluntária de organizações ambientais e da sociedade civil, articulados com populações residentes em áreas rurais podem sob determinadas condições substituir o papel do estado.

Dessa forma, no contexto do referencial teórico contido no enfoque do Desenvolvimento Territorial Sustentável, essa pesquisa realizará um estudo

comparativo, com o objetivo de buscar compreender quais são as premissas básicas necessárias para o estabelecimento e articulação entre políticas públicas e o sucesso e consolidação de atividades agroecológicas e de turismo com base comunitária, tendo como delimitação espacial, áreas situadas no interior e no entorno de unidades de proteção ambiental.



## 2 OBJETIVO GERAL

Avaliar as experiências e possibilidades existentes de desenvolvimento territorial sustentável e os processos de construção da gestão pública e participativa nas interfaces e limites entre unidade de conservação de uso sustentável e de proteção integral.

### 2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Realizar um aprofundamento teórico sobre o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e os novos paradigmas referentes às alternativas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- ii. Identificar práticas de construção de alternativas econômicas sustentáveis, nos municípios de Praia Grande e Garopaba, na interface existente entre as zonas de amortecimento e o território de unidades conservação ambiental;
- iii. Avaliar experiências e iniciativas desenvolvidas nas regiões pesquisadas;
- iv. Analisar e interpretar os dados obtidos na pesquisa e elaborar o texto final da dissertação, buscando contribuir para formulação de políticas públicas na região costeira e no extremo Sul de Santa Catarina.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - DTS**

##### **3.1.1 Concepção de território**

A noção de território teve origem na Itália, a partir da formação e consolidação dos distritos industriais, com aumento da globalização a discussão referente ao conceito território começou a ganhar mais espaço, este conceito teve sua compreensão aprimorada ao longo dos anos ganhando consequentemente novas visões.

Um dos primeiros conceitos definiu o território como sendo o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas e sociais, o território não se opõe ao espaço lugar, mas ele o torna complexo construindo uma variável explicativa suplementar, permitindo a criação de um meio favorável para o desenvolvimento potencial produtivo de um referido local (PECQUEUR 1987 *apud* VIEIRA; CAZELLA, 2004)

Ainda em se tratando do conceito de território Santos e Silveira (2005) definem como território a extensão apropriada e usada, o território é o nome político para o espaço de um país e é visto como uma unidade e diversidade, sendo uma questão central da história humana e de cada país constituindo o pano de fundo dos estudos das suas diversas etapas e também do momento em que vive.

Através de diversos estudos Vieira e Cazella (2004) descreveram que o território permeia por dois lados um é o resultado da mobilização dos atores sociais que visa identificar e solucionar problemas comuns, o outro lado por sua vez, é uma delimitação político-administrativa que abriga vários territórios construídos, desta forma o território passa a ser o resultado de uma criação coletiva e também institucional.

Para Queiroz (2011) o território deve ser apreendido como um espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas relações de poder, dessa forma, ele só pode ser compreendido com amparo em todas as dimensões que o constituem política, social, econômica e cultural.

Ainda para Abromovay (2000, p.07 apud MAGALHÕES, 2012),

O território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Pode-se dizer que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações, o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio ponto e vista do desenvolvimento econômico (ABROMAVAY, 2000).

De acordo com Santos (1997 apud QUEIROZ, 2011), o espaço geográfico possui uma gênese, estrutura, características processos e funções que historicamente possuem um significado de realização da consciência

humana, dentro deste contexto entendem-se que o território deve ser apreendido como um espaço no qual se projetou um trabalho, que por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas relações de poder, desta maneira, ele só pode ser compreendido com um amparo em todas as dimensões que o constituem (política, social, econômica e cultural).

Compreender um território significa entender um sistema aberto e dinâmico que recebe constantes influências, sendo assim cada território é fruto da combinação de fatores de ordem física, econômica, simbólica e sociopolítica, onde as diferenças e desigualdades entre dois “produtos”, por assim dizer, residem em um contexto interno, suas características próprias, além da maneira como ele se insere em um contexto mais amplo (MEDEIROS; FLORES, 2009).

Sobre o ponto de vista conceitual o território forma-se do resultado da ação conduzida por um agente sintagmático, que se apropria de um espaço, concreto ou abstrato tornando-o desta forma um território, dentro desta perspectiva o espaço no qual se projetou um trabalho revelando uma teia de relações sociais marcadas por conflituosas vinculações de poder, sendo assim o espaço é prisão original que os homens constroem para si mesmos, evidentemente o território se apoia no espaço, desta forma pode assim dizer que o território é uma interação conjunta de um espaço com a ação humana, expressos nas formas e nas alterações que a ação dos indivíduos produz sobre a base física e natural em se encontram (RAFFESTIN 1993 apud LIMA 2013).

A formação do território acontece através de recortes contíguos (horizontalidade) onde lugares vizinhos estão reunidos através da continuidade territorial, ou através de redes (verticalidade) onde pontos distantes um dos outros são ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005).

O território é uma das dimensões singulares do

espaço geográfico, constituindo uma base operacional, histórica e geograficamente falando do processo de globalização e fragmentação, este entendimento permite analisar as frações do espaço de uma forma articulada levando em consideração os processos de formação, transformação e reprodução dos recortes espaciais, tanto no sentido de difusão no território como no de sua especificação, são entendidos como cerne da própria dinâmica espacial (CAMPOS; KRAHL, 2006).

Pode assim dizer que a ideia de território esta tão ligada com a perspectiva descentralizada de gestão e horizontalidade das relações sociais e políticas, que para muitos segmentos da sociedade, território é um instrumento político reivindicatório que substancia a luta política acima de tudo dos grupos subalternos, tornando-se assim algo necessário a prática social (LIMA, 2013).

O ordenamento territorial é uso que se faz do território e é o resultado do avanço acentuado da globalização, para se obter um ordenamento territorial sustentável faz necessária a incorporação do planejamento ambiental nas referidas ações.

Planejar o uso do território consiste em fazer uso do conhecimento técnico para realizar tomadas de decisões para obter-se uma ótima utilização do espaço e também dos recursos disponíveis.

Planejar de acordo com Buarque (2008) é uma ferramenta de trabalho que se utiliza para tomar decisões e organizar de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a concretização dos objetivos de uma sociedade com os menores custos e no menor prazo possível é uma forma de a sociedade exercer o poder sobre o futuro.

O planejamento ambiental como conceito é todo o esforço realizado na direção da preservação e conservação dos recursos naturais de um território, parte do princípio da valoração e conservação das bases naturais de um dado território como base de auto-

sustentação da vida e das interações que a mantém, ou seja, suas relações ecossistêmicas, ele é o planejamento das ações humanas no espaço em que se vive, levando em conta a capacidade de sustentação dos ecossistemas sem perder de vista as questões de equilíbrio das escalas maiores, é um planejamento territorial estratégico. Além disso, o planejamento ambiental pressupõe três princípios básicos, preservação, recuperação e conservação do meio ambiente (FRANCO, 2000).

Para Almeida et al (1993) o planejamento ambiental não deve ser desvinculado das políticas de desenvolvimento e da distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, tampouco estas políticas podem continuar a ser orientadas pelos tradicionais modelos normativos e técnicos econômicos de desenvolvimento.

O objetivo deste tipo de planejamento consiste em atingir o desenvolvimento sustentável, minimizando gastos de fontes de energia e minimizando os impactos ambientais, em outras palavras procura manter a biodiversidade dos ecossistemas, trabalhando com o conceito de economia em longo prazo fundamentada em uma ética ecológica, onde a manutenção da integridade dos bancos genéticos entra em contrapartida com as medidas ligadas a garantir a possibilidade de vidas e civilizações futuras (FRANCO, 2000).

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada a basicamente três argumentos: a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas; b) perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira; c) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos

endógenos de desenvolvimento (LIMA, 2010).

A noção território é atualmente utilizada, nas mais diversas áreas de estudos como economia, sociologia, antropologia ele permite a abertura de novos caminhos para a compreensão dos laços que a sociedade tem com o espaço onde vive, facilitando desta forma identificar os problemas que a sociedade encontra-se a mercê, bem como entender as mudanças sociais que se imprimem na maneira de como a sociedade vem sendo organizada facilitando com isso a elaboração de políticas públicas.

Compreender a concepção de território e de suma importância, pois é partir desta compreensão que se pode repensar e também formular políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Termos como desenvolvimento e território são termos que possuem conceitos complexos e demandam de bastante conhecimento, ao se formular políticas públicas com vistas no desenvolvimento territorial, observa-se a necessidade de dominar estes conceitos, pois as diretrizes destas políticas precisam ter suporte técnico científico aplicável à realidade, por isso a necessidade de enfatizar como se realiza a construção de um território e como e de que forma se pensa e se planeja.

Com base nesta concepção realizada a respeito de territórios no texto que segue será abordada a noção de território do ponto de vista rural e será abordada a importância de compreender esta concepção no que tange o desenvolvimento rural sustentável, com vistas na agricultura familiar.

### **3.1.2 Territórios rurais, agricultura familiar e desenvolvimento rural**

A noção de território auxilia no avanço dos estudos das regiões rurais em ao menos quatro dimensões básicas: a primeira dimensão abandona a ideia de um horizonte estritamente setorial onde considera a agricultura como

sendo o único setor e os agricultores os únicos envolvidos, a segunda impede a confusão entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, a terceira dimensão aborda o estudo empírico dos atores e suas organizações e a quarta dimensão enfatiza a maneira pela qual a sociedade se utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva (ABROMOVAY, 2010).

Os territórios rurais são locais onde os critérios multidimensionais que os caracterizam através dos seus elementos mais marcantes como as coesões sociais, culturais e territoriais, apresentam tanto explicita como implicitamente seus elementos rurais, ou seja, ambiente natural pouco modificado através das atividades agro-silva-pastoril, baixa densidade demográfica, base econômica predominantemente primária e tem como hábitos culturais e tradições típicas do universo rural cabem ressaltar que nestes territórios incluem espaços urbanizados que são compreendidos com pequenas vilas, médias e pequenas cidades e povoados (MDA, 2003).

A constituição federal de 1988 atribui ao município o critério de estabelecer se uma área é considerada urbana ou rural, conhecer a área efetivamente urbanizada é fundamental para a consolidação da gestão ambiental e também territorial.

A territorialização do desenvolvimento torna-se, portanto uma nova forma de selecionar as bases locais dentre as potencialidades existentes, aquelas que melhor se adaptem às suas necessidades, para os agricultores familiares trata-se da possibilidade de formulação de políticas públicas, além da concepção setorial, e, portanto, mais voltada para um desenvolvimento com a revalorização da sua cultura e do rural (CARMO, 2009).

O estado de Santa Catarina tem grande parte do seu espaço rural organizado pela agricultura familiar que de acordo com Wanderley (1996 apud MARTINI; TRENTINI, 2011) é definida como aquela em que família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção



também assume o trabalho e a administração da terra sem o auxílio de terceiros.

Para Queiroz (2011), a agricultura familiar analisada pelo paradigma do capitalismo agrário, é descrita pela intensa presença do trabalho assalariado e conhecida por seu perfil econômico quantitativo na exploração da terra. Nestes sistemas de agricultura tradicional, o custo de produção é baixo bem como a produtividade tornando-o sustentável enquanto o estoque de terra for suficiente para manter sua estratégia produtiva e rentável, estes agricultores ficam a mercê dos produtos, uma vez que logo após suas safras vendem suas mercadorias a baixos preços.

A lei 4.504/64 que institui o Estatuto da Terra define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conceitua agricultura familiar como o modelo de agricultura no qual os processos de gestão e trabalho estão ligados, sendo o proprietário neste caso a família, o responsável pelo processo produtivo, porém podendo ter o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado (CONCEIÇÃO; FRAXE; SCHOR, 2009).

Ainda para Santos (2001 apud SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009) a agricultura familiar esta presente em várias áreas do país, e cabe ressaltar que é condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros. Sendo o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil, e quando apoiadas por

políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar na grande potencializadora de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade. Pode-se destacar que a agricultura familiar é conhecida devido a sua capacidade de geração de emprego e renda a baixo custo de investimento, assim como, por sua capacidade de produzir alimentos a menor custo, com menores danos ambientais.

A lógica da produção familiar pode ser considerada como um traço característico que une um segmento social, compreender esta lógica produtiva e reprodutiva significa relacionar o equilíbrio das necessidades da família com as possibilidades da unidade de produção, a terra e o trabalho, intimamente associados à gestão do negócio familiar. Deste modo a família e os negócios estão intimamente ligados através de um conjunto de produtores e consumidores, ou seja, através de uma unidade de força de trabalho e consumo. A produção se apresenta como o resultado da atividade inseparável, indivisível e única da família, e por isso recebe como resultado do seu trabalho uma quantidade de bens que não podem ser considerados lucro, renda ou juro sobre o capital. Da mesma forma não há pagamento de salários na unidade de exploração familiar, o que faz com que difira substancialmente, no seu comportamento, daquela com base no trabalho assalariado e na valorização do capital (CARMO, 2009).

Cabe ressaltar que a agricultura familiar apresenta-se como uma alternativa para a soberania alimentar e atribui-se a os agricultores e a agricultura a responsabilidade de buscar uma maior autonomia alimentar e uma menor dependência das importações e flutuações de preços de mercado internacional à preservação da cultura do meio ambiente e dos hábitos alimentares (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

O esforço da produção na agricultura familiar é determinado conforme a necessidade da família, deste modo não existe uma perspectiva para o lucro neste caso,

sendo desta forma diferenciando de uma empresa nos moldes capitalistas. Na agricultura familiar cada membro exerce um papel importante na produção. Conforme mencionado a produção da agricultura familiar visa o atendimento das necessidades do trabalhador e de sua família, ou seja, os níveis de produção são determinados pelas necessidades, pois a tendência produtiva da agricultura familiar será proporcional ao tamanho da distância dos objetivos estabelecidos pela família (CONCEIÇÃO; FRAXE; SCHOR, 2009).

Outro dado importante que vale destacar no texto é o cenário da agricultura familiar, ao realizar-se um panorama fica perceptível avaliar a dimensão da produção agrícola familiar no país. Os dados que seguem mostram a importância da produção familiar na economia nacional o que parece ser uma parcela pouco produtiva mostra-se bastante lucrativa em relação às outras agriculturas.

De acordo com pesquisas realizadas por Buainaim (2003 apud CONCEIÇÃO, FRAXE; SCHOR 2009) 85,2% do total dos estabelecimentos agrícolas no país são de agricultores familiares, ocupando uma área de 30,5%, a contribuição na produção agropecuária fica entorno de 37,9% do valor bruto, já em relação ao valor da renda total agropecuária do país, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões.

Estes dados mostram-se contraditórios as concepções ainda existentes de que a agricultura familiar não apresenta importância no cenário econômico nacional, pelo que mostram os agricultores pertencentes a esse modelo de agricultura fazem uso mais eficiente dos recursos produtivos se comparado aos agricultores patronais. Apesar de deterem menor parcela de terra e financiamento, a agricultura familiar dispõe quantitativo maior de produção e empregabilidade, sendo base para o desenvolvimento econômico (CONCEIÇÃO; FRAXE; SCHOR, 2009).

Deste modo, as sociedades tradicionais ainda são

capazes de criar formas de resistências e sobrevivências, navegando contra a maré, num jogo entre continuidade, mudanças culturais e rupturas, a grande meta é que os agricultores possam vir a serem os agentes e os construtores de seu próprio desenvolvimento (CARMO, 2009).

A agricultura familiar nas sociedades modernas deve se adaptar a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional (WANDERLEY, 1996 apud CARMO, 2009).

O desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil remonta a década de 1990 quando são criadas as primeiras políticas públicas voltadas para o fortalecimento da categoria, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. A criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a Reforma Agrária resultou de reivindicações advindas de trabalhadores rurais e de grupos sociais organizados ligados à causa. Além disso, tais políticas tiveram como fundamento a base conceitual da comunidade acadêmica nacional e os modelos desenvolvidos por agências multilaterais, como a Food and Agriculture Organization (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (DENARDI, 2001 apud CONCEIÇÃO; FRAXE; SCHOR, 2009).

Observa-se que atualmente o cenário da agricultura no Brasil vem se tornando cada vez mais empresarial, a intensa mecanização agrícola passa a tornar este cenário desigual excluindo os pequenos produtores de modo que estes não possuem as mesmas condições de produtividade.

Diante disto o território rural aparece como o local da produção agropecuária, mas também do atraso, da pobreza, da falta de estruturas e da carência de serviços

públicos. O espaço rural é o que sobra dos municípios, pois o relevante parece ser as cidades, mesmo que essas não passem de pequenos e médios centros que gravitam em torno do trabalho, da produção, da cultura e dos demais recursos rurais (MDA, 2003).

É no meio rural que se apresentam as maiores dificuldades e também desafios para o desenvolvimento de ordem econômica, social e também ambiental, diante deste fato surge o desenvolvimento rural com a proposta de atenuar os problemas mais corriqueiros do meio rural e promover de modo ambientalmente sustentável o desenvolvimento deste meio.

O conceito de desenvolvimento surgiu na década de 80, a partir da crescente difusão da expressão “desenvolvimento sustentável”, o componente “sustentável” adicionada ao termo “desenvolvimento rural”, compreendido como uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural, resultando na melhoria do bem-estar das populações rurais. O objetivo final do desenvolvimento rural refere-se, exclusivamente, aos planos ambientais, indicando a necessidade de ser incorporada e apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais”. (NAVARRO 2011 *apud* FILLIPE; ROCHA, 2007).

No texto de Schneider (2004 p.97 *apud* QUERIOZ, 2011) a definição de desenvolvimento rural definida por dois autores Veiga e Navarro, para Veiga o desenvolvimento dos territórios rurais estão intimamente ligados a valorização da agricultura familiar, à diversificação da economia, o estímulo do empreendedorismo local e o auxílio do Estado, já para Navarro esta noção de desenvolvimento esta relacionada com as inquietações sociais típicas da época atual que em mais do que haver clareza sobre seu significado e características o que existe é uma incógnita em relação à própria possibilidade.

Ainda de acordo com Magalhães (2012) o

desenvolvimento rural deve contemplar ações para mitigar graves problemas ambientais como desertificação, aquecimento global, escassez de água, dentre outros. Assim, a nova concepção de rural está vinculada à predominância da utilização de recursos naturais para geração de riqueza de um determinado território, que estreita as políticas de desenvolvimento rural e as políticas ambientais.

O desenvolvimento rural é um processo que resulta em ações articuladas, que tem como finalidade induzir mudanças socioeconômicas e ambientes no espaço rural com o intuito de melhorar a renda a qualidade de vida e bem estar das populações rurais (SCHNEIDER, 2004 apud CAMPOS; KHORL, 2006).

O termo desenvolvimento rural possui duas correntes atuais de pensamento, a primeira que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, visando estudar ações cooperativas que incluem a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação por sua vez a outra vertente é muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento no que diz respeito à organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (ABROMAVAY, 2000).

Por sua vez o desenvolvimento rural deve ser gerado em um quadro territorial, muito mais que setorial sendo o seu grande desafio integrar o agricultor à indústria criando cada vez mais condições para que a população valorize o território em um conjunto muito variado de atividades e de mercados (MDA, 2003).

Podemos destacar neste texto que grande parte das políticas implantadas no meio rural nas ultimas décadas caminham dentro do paradigma do capitalismo agrário, que garante que o único futuro para o meio rural encontra-se em transformar o camponês em um agricultor familiar e tendo todo a sua produção voltada para o mercado sendo o perfil econômico quantitativo na exploração da terra,

deste modo toda a abordagem, ao analisar a materialidade dessas ações políticas, sob determinada dimensão, visa compreender os mecanismos mediante os quais a sociedade interage com o espaço (compreendido como condição, condicionante e meio), na produção de um espaço geográfico (QUEIROZ, 2011).

Ainda para Queiroz (2011) as políticas públicas agrárias estão fortemente associadas aos conflitos existentes no meio rural, tornando-se modos de intervir para que ocorra a redução das tensões sociais como uma medida sólida de resolver as constantes manifestações de luta pela terra. Nestas políticas o foco está sempre direcionado para o território, sendo assim as políticas territoriais comporta-se como políticas de ordenamento territorial, de autonomia, autogestão, assim como servem de complemento das políticas de descentralização.

As transformações que vem ocorrendo na estrutura agrária brasileira desencadeiam processos agrícolas diferenciados e acentuam formas diversas de produção e de condições de vida dos agricultores familiares, os processos de exclusões são cada vez mais intensos forçando as unidades de produção familiar a buscarem mais alternativas para o seu desenvolvimento exigindo o apoio das políticas públicas ate porque em se tratando de agricultura familiar as condições de investimento são geralmente precárias (GERARDI, 2003).

No ano de 2003, o Governo Federal elaborou a política nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT, sendo o principal resultado desta política a criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT, na esfera do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, sendo o referido programa acolhido no âmbito do Plano Plurianual do Brasil de 2004 – 2007, apoiando à agricultura familiar, à reforma agrária e ao incremento da agricultura, propostas estas pautadas em políticas territoriais descentralizadas participativas e sustentáveis

(QUEIROZ, 2011).

Em se tratando do ambiente rural e do seu desenvolvimento viu-se a extrema necessidade de conhecer e entender o que é agricultura familiar suas origem, como é o seu modo de funcionamento, pois é visando o bem estar e o desenvolvimento econômico destas pessoas que as políticas públicas de desenvolvimento voltam suas diretrizes.

Compreender o meio rural como um todo e avaliar a população que ali vive e desenvolve suas atividades é de suma importância para a aplicação dos planos de desenvolvimento que estão intimamente ligados este modo de agricultura familiar.

Para a elaboração destes planos de desenvolvimento no próximo texto será descrito as formas de desenvolvimentos que podem ser aplicadas, bem como a incorporação de políticas públicas pautadas no bem-estar, e no desenvolvimento econômico sustentável.

### **3.1.3 Desenvolvimento Endógeno (local), Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS e Políticas Públicas na Agricultura Familiar**

A utilização indiscriminada dos recursos naturais com finalidade de atingir o desenvolvimento a qualquer preço, o crescimento populacional em nível exponencial, a hiperurbanização das cidades, as diferenças sociais da maior parte da população enfim todos estes tópicos fazem emergir novos problemas para a sociedade moderna que fica constantemente a mercê das circunstâncias negativas que estes fatos ocasionam.

Diante destes impasses referentes ao desenvolvimento a qualquer custo e a conservação e preservação dos recursos naturais cada vez mais escassos, começou a surgir novos modelos de desenvolvimento que incorporados a um novo modo de consumo resultou em um modo de desenvolvimento onde



os conceitos e as proposta tem como ponto central, garantir os recursos naturais para as, presentes e futuras gerações.

Neste viés de crescimento e consumo sem controles, começaram a surgir crises com impactos negativos nos campos econômicos, sociais e no meio natural.

O surgimento destas crises acaba provocando mudanças nos paradigmas de desenvolvimento e com isso passa-se a tirar ideias consideradas utópicas da marginalidade e faz-se a necessidade de se repensar em novos modos de se desenvolver sem que haja impactos de cunho negativos ao meio ambiente e a sociedade.

Atualmente os novos modelos de empresários realizam projetos que respeitam as pessoas e o meio ambiente, as explorações descontroladas dos recursos humanos e naturais acabam colocando os novos modelos de desenvolvimento em primeiro plano no intuito de reequilibrar o que a busca por lucros a qualquer preço desequilibrou (MALO; AUDEBRAND; CAMUS,2010).

Em se tratando de crises podemos nos referir ao modelo catarinense de desenvolvimento, que começou a dar sinais de esgotamento no decorrer da década de 1980 exigindo que se realizasse uma avaliação criteriosa e atualizada do então chamado “*Modelo Catarinense de Desenvolvimento*”, em consequência abriu-se espaço para a criação de novas políticas públicas e alternativas inspiradas nos princípios de DTS (VIEIRA et al, 2010).

Para Vieira et al (2010) a população catarinense soube encontrar uma via própria de desenvolvimento e soube valorizar os recursos naturais disponíveis e até mesmo importar as matérias primas necessárias, tendo em vista a implantação de um parque fabril diversificado e competitivo.

Com o viés referente ao modelo economicista/produtivista o meio ambiente passou a ser considerado como uma dimensão constitutiva de políticas de desenvolvimento, o novo rumo recorrente da ecologia

humana buscava com urgência uma mudança no modelo de crenças, valores e uma mudança da relação dos seres vivos com o meio em que vivem , trazendo uma nova linha de reflexão nos campos do desenvolvimento e planejamento (VIEIRA, 2013).

O desenvolvimento sustentável é uma discussão referente às novas formas de desenvolvimento e ganhou destaque com o relatório de Brundtland que trouxe tona à noção de desenvolvimento sustentável *“o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”*, após décadas de discussão continuamos a ver problemas de ordem ambiental e social, que por sua vez exigem ações imediatas, com mudança de paradigmas referente ao desenvolvimento abre-se caminho para a implantação dos modelos de desenvolvimento em especial que iremos destacar o DTS.

O desenvolvimento sustentável no que tange o ecodesenvolvimento vem ganhando cada vez mais espaço e este modo de desenvolvimento enfatiza a utilização consciente dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente natural e visa à participação da comunidade nas suas ações.

Deste modo, cabe ressaltar que um dos principais pressupostos do ecodesenvolvimento é exatamente a consideração da diversidade cultural e ignorar esta diversidade significa estar ignorando as inúmeras possibilidades de definir novas estratégias de desenvolvimento.

Sobre o ecodesenvolvimento Viera [s.a] escreve que pode ser entendido como uma posição equidistante tanto da tradição “racional-compreensiva” quanto da “incremental-disjuntiva”, tendo várias vertentes de argumentação que podem ser agrupadas, para fins de síntese pedagógica, sob o rótulo “preventivo-adaptativo”. Esta tradição vincula-se necessariamente à absorção gradual de instrumentos de análise sistêmica.

Para Sachs (1974 apud VIEIRA [s.a]) o ecodesenvolvimento é um modo de desenvolvimento não somente aplicado às áreas rurais, mas também as áreas urbanas, sendo orientada prioritariamente pela busca da satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autonomia das populações envolvidas no processo. Em um segundo momento o autor descreve o ecodesenvolvimento com um enfoque participativo de estratégias plurais de intervenção, sendo estas adaptadas a contextos socioculturais e ambientais específicos, Sachs ainda refere-se a uma harmonização entre as iniciativas de dinamização socioeconômica consolidando e aprofundando a cultura política e democrático-participativa, distribuição equitativa do ter e uma gestão ecologicamente prudente do meio ambiente.

Pode-se dizer que este conceito de ecodesenvolvimento emergiu e disseminou gradativamente como expressão de uma crítica radical a ideológica economicista subjacente a suporta civilização industrial tecnológica (VIEIRA, 2009).

O desenvolvimento de ordem sustentável é uma noção política e geográfica, sendo que o principal entrave para a agricultura é de ordem político-social, pois, de um lado coloca-se a maioria da população com pouco acesso aos recursos políticos e econômicos e do outro os grandes proprietários que ditam as regras (GERARDI, 2003).

Um novo modo de desenvolvimento é endógeno ou local que caracteriza-se por ser um processo interno de mudanças que ressalta o dinamismo econômico bem como a melhoria de vida das populações em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para tornar-se consistente e também sustentável deve explorar e mobilizar as potencialidades locais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao passo que se deve garantir conservação dos recursos naturais, cabem ressaltar que este modelo de desenvolvimento envolve a sociedade local explorando suas capacidades e

potencialidades próprias de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2008).

Esta forma de desenvolvimento implica a institucionalização de novas formas de interação entre o estado e a população, que por sua vez começam a dispor de novas modalidades de apropriação dos recursos locais, em uma dinâmica complexa onde passam a ser redefinidas as articulações entre os vários níveis de governo bem como entre o nível local e global.

Por sua vez o desenvolvimento local visa promover uma mudança social no território, promovendo o aumento da renda e das riquezas locais, através de atividades econômicas viáveis e competitivas, resultando diretamente na qualidade de vida da população reduzindo a pobreza, gerando mais riquezas e distribuição de ativos. O sucesso referente ao desenvolvimento local consiste em obter-se um ambiente político e favorável capacitando os atores e a sociedade estruturarem e se mobilizarem. As iniciativas inovadoras e que mobilizam a coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições do contexto externo (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento local pode ser aplicado em diferentes cortes territoriais, o desenvolvimento municipal possui uma amplitude espacial delimitada pelo corte político administrativo, possui uma escala territorial adequada à mobilização de energias sociais integração de investimento potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, pela aderência política administrativa que oferece por intermédio da municipalidade e da instância governamental (BUARQUE, 2008).

Os pilares que sustentam o desenvolvimento local são a organização da sociedade que contribui para formação do capital social, combinada com a formação de espaços institucionais, agregando valor na cadeia produtiva aumentando a competitividade e reestruturando a

modernização do setor público (BUARQUE, 2008).

O banco mundial passou a recomendar o estímulo ao desenvolvimento endógeno, onde o Estado induz a constituição de arranjos sócio-produtivos para que, de maneira autônoma e endógena, sejam desencadeados os processos de desenvolvimento local a partir dos próprios esforços em uma cooperação a partir de objetivos mútuos (MAGALHÃES, 2012).

Neste contexto em se tratando de desenvolvimento o DTS, passa a não representar apenas uma utopia, e sim, uma ferramenta social de grande valia para as políticas públicas sociais, este modelo de desenvolvimento apoia-se, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região.

O conceito de desenvolvimento territorial é de grande complexidade, pois ele consta da associação de dois conceitos de também complexos (desenvolvimento e território). O desenvolvimento é um conceito clássico das ciências econômicas, mas pelo seu caráter, polêmico e controverso, de muitas adjetivações (social, econômico, sustentável, regional, local, rural, urbano, territorial), foi incorporado no debate de outras áreas do conhecimento, por sua vez o conceito de território, vem sendo objeto de vários estudos, na tentativa de compreender as relações da sociedade com o espaço e aqui vemos os esforços de geógrafos brasileiros, no sentido de sistematizar as interpretações possíveis e propor novas conotações epistemológicas, sendo assim o território tem sido recorrentemente usado nos esforços de compreensão do real, na operacionalização de políticas governamentais e na fundamentação da luta e prática política dos movimentos sociais (MAGALHÃES, 2012).

Para Pecqueur (2005 apud DRUMMOND, 2012) o desenvolvimento territorial é todo o processo de mobilização de atores que levam a elaboração de uma estratégia de adaptação dos limites externos na base de uma identificação coletiva com a cultura de um território,

ainda para este autor enfatiza que: i) desenvolvimento territorial não deve ser pautado por um decreto, ii) a construção do desenvolvimento territorial é pautada nos atores mesmo que as políticas públicas os mobilizem e iii) esta é uma construção de ordem dinâmica inserida no tempo.

Como o enfoque do trabalho esta no desenvolvimento territorial dentro das UC's cabe ressaltar o que Drummond (2012) descreve á respeito deste modo de desenvolvimento, para este autor as áreas que representam as UC's são dadas, estatais, formais, e, nesse sentido, não são a princípio superfícies de regulação, mas sim de regulamentação que aplicando o raciocínio, às consideração feitas a respeito das superfícies de regulação temos que as UC's são territórios construídos pelos atores, ou seja, as superfícies de regulação enquanto tal, não pode ter seu tamanho, forma ou tipologia definidos a priori. Dentro deste sentido, cabe perguntar se os territórios podem ser construídos a partir de territórios dados, e, em caso positivo, em que momento e sob que circunstâncias se dão a passagem da regulamentação à regulação.

O desenvolvimento territorial é um processo de ativação e especificação de recursos, e, mais detalhadamente, um processo de mobilização de recursos específicos. Estes recursos aparecem no momento das combinações das estratégias dos atores para resolver um problema inédito, ou mesmo para se definir uma dada questão como um problema. Eles são resultado de uma longa história, do acúmulo de memória de aprendizagem cognitiva coletiva, de ensaios sucessivos, tentativa e erro. A produção dos recursos específicos resulta de normas, costumes e cultura que são elaborados em um contexto de proximidade geográfica e institucional, a partir de relações de reciprocidade, levando ao estabelecimento de normas (geralmente tácitas) com função de orientar ou guiar comportamentos, oferecendo aos atores espaços de inteligibilidade e ação (DRUMMOND, 2012).

Ainda para Magalhães (2012) o conceito de território nas políticas de planejamento do Estado contribuiu não apenas para acentuar o debate no âmbito acadêmico, dado a quantidade crescente de trabalhos que tratam da temática nos últimos anos, como também potencializou o uso e apropriação pela sociedade civil organizada, que muitas vezes, re-significa o conceito através de suas próprias práticas, devido ao significado social e político que lhes é atribuído.

O DTS tem seu ponto de vista baseado na identidade das culturas e do território, ele aumenta a coesão social, tornando cada vez mais viável a promoção da equidade, do respeito às diferenças, da justiça social, do sentimento de pertencer bem como a inclusão social, além de potencializar a capacidade da sociedade civil (PERICO; RIBEIRO, 2005 *apud* COUDEL; TONNEAU, 2010).

Os atuais modelos de desenvolvimento territoriais estão inseridos em uma estratégia de adaptação “ofensiva” à globalização: abertura de novos espaços de manobra para uma recomposição social ajustada a um novo projeto de sociedade, além disto, a valorização e adoção de um novo padrão de funcionamento o qual está centrado no nível local–comunitário, o enfoque territorial acaba de distanciando dos processos hierárquicos e piramidais que se tornam cada vez menos adaptados as condições atuais da abertura global das economias e das culturas (VIEIRA, 2013).

Porém atualmente um dos maiores desafios é adotar um novo paradigma de desenvolvimento, neste contra ponto o MDA deverá assumir grande responsabilidade no processo de estabelecimento deste padrão de desenvolvimento centrado na inclusão, justiça social, crescimento com equidade, reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais, desta forma o MDA deverá ater-se às limitações impostas pelas restrições orçamentárias, financeiras e humanas, que

reduzem a capacidade de intervenção convencional, lançando mão de estratégias de descentralização, de participação da sociedade, de planejamento ascendente e de valorização dos recursos locais, fatores que, combinados, obrigam à reinvenção de processos de articulação, ordenamento e apoio ao desenvolvimento, e do próprio papel do Estado (MDA, 2003).

Atualmente no cenário econômico e político que visa o intenso crescimento, a definição de território sustentável faz parte de um estilo alternativo, observa-se através de pesquisas universitárias que nos mais diversos continentes vem adotando-se novos estilos como o de consumo responsável e também aplicando sistemas de gestão integrada, participativa e ecologicamente prudentes (VIEIRA et al, 2010).

O estado de Santa Catarina vem adotando o modelo aplicado nestes continentes, pois possui uma trajetória que combina herança cultural com a vantagem de possuir pequenas propriedades agrícolas familiares e também pelo fato de a maioria das regiões terem se especializado em rumo industrial referente à sua cultura bem como a busca de flexibilidade frente à dinâmica econômica (VIEIRA et al, 2010).

Ao entrar no campo do desenvolvimento territorial os projetos conferem sentidos e passam a permitir uma visão panorâmica sobre o estado da arte do conhecimento que vem a estar disponível sobre a região, e também quanto à elaboração de uma problemática a qual passa orientar ações e diretrizes para a ação (COUDEL; TONNEAU, 2010). O grande desafio por parte dos planejadores passa a ser o fato de concretizar as ações que são impostas nos projetos, ou seja, tirar do papel as ações e torná-las práticas e acessíveis aos problemas existentes.

O projeto desenvolvimento territorial para ter sucesso deve criado em conjunto com a sociedade que vive na região, pois são a população local que melhor conhece as mazelas da sua região e também que melhor pode dar



orientação as ações que venham a obter um maior sucesso.

Um dos métodos mais utilizados no estudo do desenvolvimento territorial consiste em comparar regiões semelhantes, entretanto diferentes quanto ao seu dinamismo econômico, social e ambiental. Mediante estas comparações emerge um conjunto de atributos característicos os quais se transformam em base para recomendar-se as organizações públicas e privadas. Por sua vez a descrição dos elementos que melhor explicam o desempenho de algumas áreas em relação a outras, não representam as suas causas uma vez que estes elementos possuem caráter mais subjetivo e organizacional, sendo assim fica claro de concluir que regiões mais dinâmicas possuem uma maior abertura de horizontes diferente das regiões que possuem um maior enraizamento cultural (ABRAMOVAY, 2010).

Abramovay (2010) cita como exemplo de estudos de desenvolvimento territoriais dois projetos distintos o primeiro refere-se ao projeto DORA (Dynamics of Rural Areas) que teve como base selecionar duas regiões, uma com indicadores objetivos de desenvolvimento e outra que apresentou dados preocupantes quanto ao seu desenvolvimento, o trabalho comparou estas regiões e avaliou fatores respondem por este desempenho econômico e diferencial, foi concluído que fatores tangíveis não são principais quanto ao desenvolvimento econômico, mas sim o modo que as pessoas do local capacitam-se para explorar os recursos que lhe estão disponíveis.

Por sua vez o projeto CEPAL/GTZ, teve como elemento base a avaliação de mais de 30 estudos de caso os quais descrevem iniciativas de desenvolvimento local em sete países da América Latina. A conclusão mais pertinente deste trabalho destaca a escassez de teorias a respeito da integração social e reconhece a dificuldade em fazer uma avaliação no desenvolvimento local na América Latina (ALBUQUERQUE, 2004 *apud* ABRAMOVAY, 2010).

Outro exemplo de projeto baseado no DTS foi implantado em um dos territórios mais áridos do Brasil a Unicampo que teve como público alvo os trabalhadores rurais, o intuito do trabalho foi transformá-los em “atores do desenvolvimento territorial sustentável”, a forma de trabalho para capacitá-los foi a criação de um curso com período de duração de 3 meses, o curso em questão abordava temas sociais, ecológicos e tecnológicos, com a realização desta atividade permitiu-se uma troca de conhecimentos e informações por parte dos educadores e educando (COUDEL;TONNEAU,2010).

Um das conquistas resultantes deste projeto foram que os educados passaram a ter base teórica sobre o tema subdesenvolvimento o que permitiu que os mesmos pudessem analisar os efeitos da seca, a ausência de projetos bem como as limitações existentes e, além disso, formaram uma agricultura familiar e pluriativa que foi impulsora do desenvolvimento territorial sustentável (COUDEL;TONNEAU,2010). Por meio dos resultados apresentados observa-se a importância do conhecimento teórico aliado ao conhecimento empírico para que os problemas enfrentados por uma determinada região possam ser resolvidos através de ações práticas e eficazes, pode-se analisar também importância de uma sociedade civil organizada e ativa para que o projeto aplicado à comunidade obteve-se o sucesso esperado.

Em se tratando de DTS as políticas públicas de territórios rurais são técnicas usadas pelo MDA para despolitizar o desenvolvimento, transformando-o em um movimento racional do simples progresso espaço-territorial do mundo, pois o DTS considera os territórios rurais como heterogêneos o que significa que cada território possui uma diversidade de atores e de interesses sendo alguns deles até mesmo conflitantes, esta heterogeneidade por sua vez leva a necessidade de formular políticas com objetivos múltiplos e integrais (QUEIROZ,2011).

Para se vencer estas dificuldades estruturais e

expressivas são absolutamente necessárias, que o Poder Público redirecione seus investimentos, e segundo as demandas explicitadas no processo de desenvolvimento territorial. (MDA, 2003).

Neste contra ponto o desenvolvimento deixaria de ser uma opção para se tornar uma obrigatoriedade e consequentemente um instituto inquestionável. Ao despolitizar o desenvolvimento, consegue-se impor políticas com o objetivo de auxiliar a territorialização do controle e da normatização da sociedade. Estas políticas tornam-se, então, técnicas de planejamento e intervenção social que, tendo sido despolitizadas, acabam sendo consideradas como a única opção possível (BONNAL; MALUF, 2007).

Em se tratando da criação de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável na agricultura temos que destacar uma política bem fundamentada e elaborada que deu muito certo que são as iniciativas do PRONAF que constituiu o primeiro e mais importante exemplo de política setorial diferenciada dirigida para a agricultura e o mundo rural no Brasil, mais precisamente, uma política diferenciada segundo um recorte social que define uma categoria de agricultor que se associa um tipo de agricultura. Uma segunda característica importante do programa foi ter introduzido, nesse domínio, a perspectiva de formulação e implementação de políticas públicas com participação social na forma de conselhos nas três esferas de governo, e também na prática de negociações periódicas das pautas apresentadas ao governo pelos movimentos sociais, principalmente, nos momentos que antecedem a definição anual dos principais componentes do programa. Por fim, o PRONAF também se converteu num instrumento de introdução de políticas territoriais no meio rural, conforme se destacará a seguir (BONNAL; MALUF, 2007).

Outra política pública também citada por Bonnal e Maluf (2007) de mesma abrangência é Programa de

Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, implementado pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, é uma das políticas do atual Governo Federal que mais se diferencia das vigentes nas gestões anteriores, por razão tanto do processo escolhido para sua elaboração, quanto do tipo de recorte territorial que aplica. Efetivamente, ao escolher elaborar a política pública a partir da articulação de dinâmicas sociais locais, a SDT se afastou da tradição da planificação pública descendente e centralizada. Da mesma maneira, a SDT inovou quando determinou trabalhar em cima de territórios “construídos” que se diferenciam das unidades administrativas estabelecidas pela Constituição de 1988. Segundo a secretaria geral, a criação da SDT, que ocorreu em 2004, tinha como perspectiva principal enfrentar o problema do acesso às políticas agrícolas clássicas, incorporando os enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade em regiões onde a situação agrícola era socialmente complexa.

A lei federal 11.326 de 24 de julho 2006 e estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em que considera, no seu artigo 3, agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

As organizações da sociedade civil – OSC são organizações sem fins lucrativos que podem funcionar como uma esfera solidaria ou evoluir através de uma

dinâmica de Mercado (economia) e se tornar uma cooperativa ou evoluir através de uma dinâmica de Estado (social) e se tornar uma para- estatal, por sua vez a gestão estratégica passa a ser uma ferramenta facilitadora que permite que as OSC concretizem seus compromissos e suas ações (MALO; AUDEBRAND; CAMUS, 2010).

Estreitar laços comunitários e organizar a sociedade civil facilita as ações do Estado, pois as respostas para os problemas existentes que são apresentados pela sociedade organizada são tornam mais rápidas e também mais eficientes, pois o Estado passa a ter base para fomentar políticas públicas. No Brasil existe uma diversidade de políticas públicas as quais tornaram inovadoras e também promovem o desenvolvimento territorial sustentável (COUDEL; TONNEAU, 2010).

A gestão ambiental do território, na definição acima, constitui mudança e mesmo inovação da formulação e implementação das políticas públicas em geral, e ambientais em particular. Este processo decisório contínuo, colegiado, participativo, que tem como objetivo final a promoção da melhoria das condições e da qualidade de vida, requer a mobilização de recursos específicos para que os diferentes espaços de dependência se concatenem em um espaço de engajamento, resultando na criação de uma esfera pública. Se o desenvolvimento territorial é fruto de uma história longa e é também amplo em seus alcances, é possível supor que seus resultados se evidenciem em diferentes setores, inclusive as políticas públicas de cunho ambiental (DRUMMOND, 2012).

Frequentemente as políticas públicas são formuladas e implementadas a partir de leituras parciais da realidade, procurando atender a setores sociais específicos, com pouca atenção às interdependências e às complementaridades. As iniciativas em regionalização de políticas tomaram rumos diversos, mas a maioria delas terminou por reforçar distorções econômicas e sociais.

Países com o tamanho e a diversidade do Brasil

necessitam de políticas públicas ao menos regionalizadas, para que possam melhor programar instrumentos adequados à natureza dos problemas e possíveis soluções (MDA, 2003).

As políticas públicas devem ser regionalizadas e as ações públicas devem ser territorializadas, segundo os diversos contextos onde devem atuar. Para tanto, nada melhor do que o ordenamento das políticas nacionais estabelecerem diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas sociais provenientes dos territórios.

As políticas territoriais foram pensadas e geridas por uma máquina governamental que ignorou o conhecimento e as aspirações das comunidades locais, concebendo e implantando ações numa perspectiva unilateral, uma vez que amputava a participação de diversos segmentos da sociedade nesse processo de condução das políticas públicas (LIMA, 2010).

A incorporação deste nas políticas de planejamento do Estado contribuiu não apenas para acentuar o debate no âmbito acadêmico, dado a quantidade crescente de trabalhos que tratam da temática nos últimos anos, como também potencializou o uso e apropriação pela sociedade civil organizada, que muitas vezes, re-significa o conceito através de suas próprias práticas, devido ao significado social e político que lhes é atribuído (LIMA, 2013).

No plano governamental propõe-se que a ideia de desenvolvimento territorial seja uma estratégia para viabiliza a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. Porém, este estudo aponta que a política de desenvolvimento territorial rural apresenta acentuados problemas teórico-metodológicos e encerra contradições, ainda que se

proponha a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento (LIMA, 2013).

Segundo Abramovay (2000), para que haja esta mudança institucional, com a criação de novos modelos de governança local, é necessária uma descentralização administrativa e/ou política. Desta forma, este autor defende a existência de uma relação próxima entre os fatores formadores do capital social e os requisitos necessários para o desenvolvimento territorial, onde mais que ter confiança e cooperação é preciso que as relações territoriais estejam organicamente articuladas.

Segundo o raciocínio de Magalhães (2012) para a construção das estratégias de desenvolvimento nos diferentes níveis, existe uma disputa política, econômica, e muitas vezes ideológica, onde se podem identificar diferentes forças representadas por empresas, organizações não-governamentais, partidos políticos e a academia. Para que as decisões possam contemplar o interesse da maioria e garantir o interesse público sobre o privado, reformas políticas têm sido feitas no sentido da descentralização política e fiscal, possibilitando uma maior participação dos diversos atores em seus lócus de interesse.

Machado (2003) ao tratar da gestão pública das águas, já acreditava que a participação é uma parte importante na construção de uma nova forma de encarar a gestão pública, já que a aceitação é maior quando existe participação em todo processo de gestão de um projeto ou de uma política e quando todos os envolvidos têm a opção de escolher, sendo a população envolvida a própria gestora.

Atrelado a tal problemática está o fato da agricultura familiar apresentar uma série de demandas as quais de certo modo inviabilizam o fortalecimento da categoria. Além disso, é necessário ter o entendimento de que as políticas públicas voltadas a atender a agricultura familiar ainda mostram-se insuficientes. De modo geral, tais políticas são

direcionadas para atender parcialmente as demandas além de terem características homogeneizantes, não tratando das particularidades de cada região do país (CONCEIÇÃO; FRAXE; SCHOR, 2009).

Por fim cabe ressaltar que o objetivo das políticas públicas não apenas se limita a resolver problemas da sociedade, mas também a construir representações coletivas de interpretação da realidade baseadas em ideias e conhecimentos, incluindo a participação de redes e comunidades que são formadas por empresas grupos de profissionais, comunidade e associações (BONNAL; MALUF, 2009).

Uma ferramenta atualmente muito aplicada no campo do DTS é agroecologia que surge na dec. de 80 com a proposta de trazer uma forma de produzir alimento e de garantir qualidade e bem-estar às populações. No texto que segue será descrito alguns pontos relevantes a respeito deste tema abordado.

### **3.1.4 Agroecologia**

O atual modelo de desenvolvimento econômico trouxe aspectos negativos para as sociedades rurais, estes aspectos referem-se à crise no modelo de tecnologia e também na organização da agricultura tornando como descrito por Carmo (2009) a agricultura parte de um intrincado sistema produtivo onde as desigualdades sociais e regionais se fazem cada vez mais presentes.

Superar e ultrapassar crises visa à mudança de paradigma e a forma de reorganizar uma sociedade, estas mudanças estão alicerçadas na atual crise do modelo tecnológico e também na organização da agricultura, estas crises sofrem vários reflexos em varias dimensões sendo assim, superá-las depende da produção de novos conhecimentos técnicos e científicos.

No texto de Campos e Campos (2007 apud SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009) o meio rural



brasileiro veio sofrendo grandes transformações nas últimas décadas que podem ser percebidas nas paisagens, configurações territoriais, dinâmica social, enfim em todo o seu espaço. Estas transformações iniciaram a partir da década de 60, onde teve início o processo de modernização da indústria e do campo, subsidiado por uma política cheia de distribuições de créditos as atividades primárias, cujas consequências geraram graves danos ambientais.

Neste contexto a agroecologia surge como uma ferramenta nova, com uma abordagem científica e multidisciplinar, ou seja, tem seus suportes técnicos nas mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, utilizando como base os agroecossistemas, esta ferramenta por sua vez, visa subsidiar a nova extensão rural nas suas estratégias de desenvolvimento rural.

Como citado anteriormente a agroecologia tem como sua base de conhecimento fundamentada na multidisciplinaridade e por sua vez esta matriz de conhecimentos interliga preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas e a preservação da diversidade cultural das populações.

O princípio da biodiversidade dos agroecossistemas visa conforme descrito por Carmo (2009) a auto-regulação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas, pois uma vez que a biodiversidade se restabelece as interações entre o solo, plantas, animais e os ciclos geoquímicos naturais voltam a aparecer em benefícios ao meio ambiente, alguns destes benefícios podem ser descritos como a não aplicação de agroquímicos no meio ambiente que em consequência gera danos graves e negativos ao meio ambiente. Já o segundo princípio visa a garantia da diversidade de experiências e conhecimentos de grupos culturais, presentes nas agriculturas locais, tendo a etnoconhecimento um papel central de tecnologias sendo os conhecimentos aplicados ao longo das gerações.

Ainda para Altieri (1998 apud CARMO 2009) o

conhecimento camponês sobre os ecossistemas resulta em formas produtivas multidimensionais de uso da terra, com as quais conseguem obter, dentro de limites técnicos ecológicos, a autosuficiências alimentar das comunidades. Portanto, os sistemas tradicionais de conhecimento trazem aos agroecologistas informações sobre as técnicas agrícolas adequadas aos controles de riscos no uso da base de recursos ambientais, e das necessidades dos grupos nativos de agricultores. Produção estável, sustentável, só é possível ocorrer contando com uma organização social que resguarde a integridade dos recursos naturais, base da produção, e ao mesmo tempo propicie a harmonia entre seus membros.

Na década de 80 o conceito de agroecologia passou a ter algumas conotações como a descrita por Gliessmann que descreve a agroecologia como a aplicação de princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, Altieri por sua vez define como a agroecologia uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia e ainda para Guzmán a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico (FEIDEN, 2009).

A finalidade da agroecologia é trabalhar na forma de alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas (ALTIERI, 1998 apud CARMO, 2009).

A agricultura orgânica refere-se a um sistema de produção cujo objetivo é manter a produtividade agrícola, evitando ou reduzindo significativamente o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas. Originalmente aderiram ao movimento orgânico os pequenos agricultores ou as propriedades de agricultura é dita familiar, em diferentes tipos de cultivos, atendendo o mercado local, com a visão

de que a produção agrícola é parte da comunidade estreitamente ligada ao ritmo de transformações da natureza (ALTIERI; NICHOLLS, 2003).

A agroecologia tem como base o conceito de agroecossistemas como unidade de análise sendo o principal intuito trazer bases de cunho científico, para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional, para o estilo de agricultura sustentável, neste viés define este enfoque de agroecologia a partir dos princípios da ecologia, em uma definição de agroecossistemas sustentáveis (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

A agroecologia surge agregando princípios ecológicos, agronômicos, sociais e econômicos, para avaliar o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo, ou seja, pode ser vista como o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de ações sociais coletivas que mostram alternativas à atual (CARMO, 2009).

Ainda para Carmo (2009) a agroecologia vem se firmando como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza.

Em bases conceituais agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, e procura fazer sua sistematização e validação de forma que este possa ser reaplicado em novas bases (científicas) (ASSIS; ROMEIRO, 2003).

Caporal e Costabeber (2002 apud CARMO, 2009) apresentam uma explicação bem fundamentada da agroecologia, como sendo o campo do conhecimento que proporciona as bases científicas para promover a transição do padrão de agricultura convencional para estilos de agriculturas ecológicas, na direção de também transformar o modelo convencional de desenvolvimento para os

modelos sustentáveis de desenvolvimento rural.

Os princípios da agroecologia podem ser aplicados para programar a eficiência dos sistemas agrícolas através do uso de várias técnicas e estratégias, sendo que cada técnica aplicada resultara diferentes efeitos na produtividade, estabilidade e resiliência dentro dos sistemas de produção, dependendo das condições locais, limitações de recursos e, em muitos casos, do mercado. A finalidade principal dos sistemas agroecológicos consiste em integrar componentes de maneira que a eficiência biológica global seja incrementada, a biodiversidade preservada, e a produtividade do agroecossistema e sua alta capacidade de se sustentar sejam mantidas (ALTIERI; NICHOLLS, 2003).

Um dos pilares que sustenta a agroecologia vem na direção de alterar o enfoque unidimensional do desenvolvimento como crescimento voltado exclusivamente ao mercado, e procurar uma transição que desenvolva laços de solidariedade entre os povos, esforçando-se assim para ir além do econômico, e compor um marco teórico mais apropriado às transformações da realidade social para uma visão mais ampla da agricultura enquanto cenário de atividades socioculturais e intercâmbios ambientais (CARMO, 2009).

Sendo assim fica claro que, para os agricultores que aderem à agroecologia, é fundamental que articulem seus interesses particulares aos objetivos estratégicos da ação coletiva, pois na transição ocorrem passagens difíceis de serem transpostas, isoladamente, pela forte presença da ideologia dominante, das pressões econômicas, e do próprio desconhecimento dos agricultores do seu potencial de cooperação e solidariedade (CARMO, 2009).

Porém, vale destacar que apesar das tecnologias agrícolas tradicionais contribuírem para a geração de novos conhecimentos orientados ao desenvolvimento de uma agricultura com bases ecológicas, estas não devem ser entendidas como um retorno romântico a tecnologias

primitivas de baixo rendimento, a própria agroecologia não cria obstáculos para o avanço científico e o progresso tecnológico (ROSSETTI & BEM, 2006 apud SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Os autores Altieri e Nicholls (2003) discorrem a respeito do modelo de agricultura aplicado no sec. XX, onde não se teve respeito os limites da natureza, e agricultura tornou-se um mero negócio, tendo seu principal propósito alimentar suprir a necessidade das populações, por sua vez, agricultura familiar de base agroecológica prioriza o resgate da produção de alimentos saudáveis sem comprometer a dinâmica dos ciclos da natureza.

Por isso, destaca-se a necessidade de desenvolver um sistema de produção e comercialização de alimentos que tenha como principal objetivo, o abastecimento do mercado local e regional, o processamento e a comercialização direta destes produtos através das feiras livres, cooperativas, pontos de abastecimento popular, pequenas lojas e comerciantes que além de garantir uma melhoria considerável na dieta alimentar das pessoas, também contribui para a soberania alimentar e difere do atual modelo de agricultura voltado para a exportação.

Atualmente observa-se uma crescente demanda por produtos de natureza orgânica, ou seja, cultivados com os princípios da agroecologia, porém no texto de Altieri e Nicholls (2003) destaca-se que esta forma de consumo parece estar mais ligada aos ricos e especialmente à população do mundo industrializado e a produção se destina principalmente à exportação, com pequena contribuição para a segurança alimentar destes países mais pobres. Os produtos orgânicos estão sendo comercializados internacionalmente como mercadoria (*commodities*), e sua distribuição está sendo feitas pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional, as lojas e mercados de produtos naturais ou orgânicos se consolidam e se tornam redes nacionais e internacionais.

As redes de varejo de alimentos mundiais exercem uma forte concentração, alongam canais de distribuição, desestruturam redes locais de abastecimento e padroniza o consumo, limitando nossa dieta alimentar. Infelizmente esta parece ser a tendência, tanto nacional quanto internacional, e cada vez mais, as grandes redes de supermercados e canais de exportação estão centralizando a comercialização dos produtos orgânicos descrição do mercado atual (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Devido a estes pontos negativos no comercio de produtos de origem orgânica produzida através dos sistemas agroecologicos é que se fundamentam algumas idéias de mercado como a da Rede Ecovida que atua nos estados de Santa Catarina, Rio grande do Sul e Paraná. Esta rede é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, assessorando as pessoas envolvidas na produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos, e esta rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, disponibilizando informações entre os envolvidos e criando mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos por seus membros, através de certificação (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Um mercado pautado por estes princípios permite o escoamento de uma produção diversificada, baseada em recursos genéticos nativos, uma melhor remuneração para o agricultor, preços mais acessíveis ao consumidor e baixos custos operacionais. Estes mercados proporcionam uma maior parcela da renda gerada na agricultura seja retida pelo agricultor, aumentando sua capacidade de consumo e contribuindo com a soberania alimentar (MEIRELES, 2004 apud SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Cabe ressaltar o que descreve Longhi que apenas a produção primária de alimentos, não garante que os

excedentes produzidos pelas famílias de agricultores cheguem até a população urbana, deste modo o autor propõe que seja incentivada as atividades de agroindustrialização e beneficiamento artesanal dos produtos, bem como a criação de espaços alternativos de comercialização, onde os agricultores e a população urbana se encontrem, proporcionando assim, que essa também tenha acesso a alimentos mais saudáveis (LONGHI, 2008 *apud* SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Neste paradoxo de se aplicar os sistemas agroecologias à gestão pública ambiental vem como uma articuladora de se fazer cumprir e também de elaborar políticas públicas pautadas no desenvolvimento de cunho sustentável, produzindo e mantendo um ambiente ecologicamente equilibrado, respeitando o meio ambiente natural, social e também econômico.

### 3.2 GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL

A Constituição Federal de 1988 discorre no seu art. 225 que todos possuem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, descreve que cabe ao poder público e também a coletividade o dever de preservar e defende-lo para que às presentes e futuras gerações gozem de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988).

O referido artigo descreve que tanto ao poder público quanto a coletividade possui o dever de defender e assim garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e principalmente as futuras gerações, porém a CF/88 acabou tornando o poder público o principal responsável pela garantia de manutenção dos interesses ambientais comuns, por sua vez fica a mercê do poder público a garantia que o interesse de alguns grupos particulares não se sobressaiam e passem a provocar alteração de impacto negativo no meio ambiente

prejudicando desta forma toda a coletividade.

A questão ambiental refere-se aos diferentes modos pelos quais a sociedade se relaciona com o meio físico-natural, a sociedade para garantir sua sobrevivência faz uso deste meio, o resultado da relação homem e meio físico-natural denomina-se meio ambiente, por isso que se diz que meio natural e meio social são faces da mesma moeda (QUINTAS, 2006). O homem faz uso dos recursos naturais desde tempos remotos, porém observa-se que atualmente devido ao intenso crescimento industrial e as fortes pressões do mercado os recursos naturais vêm sendo explorados incontrolavelmente e em consequência a relação homem-natureza vem sendo prejudicada ocorrendo desequilíbrios significativos de impacto negativo.

O ser humano tem plenas condições de atuar sobre o meio físico-natural e também sobre meio social construindo e reconstruindo modos de relacionamento da sociedade com o meio natural (homem-natureza) e também na própria sociedade (homem-homem) (QUINTAS, 2006). O homem conforme o decorrer da sua história e evolução muda paradigmas, cria valores, cria também necessidades e com isso vai reestruturando suas relações e sua visão em relação à sociedade e também quanto meio ambiente em que vive.

Entrando neste viés se faz necessário à criação da Gestão Pública Ambiental - GPA, que vem com o intuito de garantir a execução de políticas públicas criadas com objetivo de garantir um meio ambiente sadio e de qualidade a presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, a GPA corresponde às atividades dedicadas ao gerenciamento de um local, na perspectiva de ocorrer uma melhoria de conservação da qualidade ambiental, tanto no espaço urbano como em sua área de influência, é constituída por um conjunto de atividades técnicas, administrativas, legais e normativas, unidas à mobilização da comunidade em prol da conservação ou recuperação do ambiente. A educação ambiental se



configura como instrumentos estratégicos para concretização do controle social sendo assim tanto o poder público quanto as sociedades civis se complementam (QUINTAS, 2006).

Para Macedo (2007) a GPA vem adotando o crescente discurso de conciliação e conservação da natureza com a promoção do desenvolvimento local e regional destacando a importância participativa das comunidades envolvidas.

De acordo com este ponto de vista os atores sociais envolvidos na GPA possuem grande força de ação e são representados pelos agrupamentos de pessoas e podemos citar: sindicatos, partidos políticos, associações de modo geral, congregações religiosas, cooperativas, ou seja, possuem formas de organização variadas e também características específicas e dependendo de sua forma de organização os atores sociais podem ser representados por presidentes, diretoria ou também um arranjo organizacional (QUINTAS, 2006).

Ainda em se tratando de atores sociais Quintas (2006) cita nos âmbito da esfera estatal o executivo, legislativo e o judiciário, que por sua vez vêm desempenhando um papel fundamental na proteção do meio ambiente do país, pois o poder público como citado no texto tornou-se o maior responsável pela proteção ambiental no Brasil.

Os princípios democratizantes passam então a influenciar a postura estatal e fazem emergir novos modos de condução das políticas territoriais, reforçando a necessidade fundamental da participação da sociedade desde o planejamento até a execução das políticas governamentais, no sentido da democratização da gestão pública (LIMA, 2010).

Sendo assim, observa-se a importância da participação dos atores sociais na GPA, formando grupos que possuem interesses comuns e que lutam em prol de uma causa de bem comum a todos. Deste modo

participação da comunidade é um ponto decisivo para se fortalecer os laços com os sistemas de gestão dos recursos naturais e renováveis, recomenda-se a participação ampla em todos os estágios do processo de criação das políticas públicas desde o planejamento, implementação e controles das atividades desenvolvidas, para que estas políticas atendam de modo eficiente o bem comum de todos.

E é neste viés que Santos (2005) traz a democracia como um dos fatores primordiais na participação dos espaços públicos e por sua vez isso acaba trazendo a percepção de que as políticas públicas devem levar em consideração os contextos socioculturais das populações locais, desta forma as políticas públicas intercedem na gestão ambiental através de diretrizes e princípios.

Diante disto a gestão ambiental é vista como uma mediadora de interesses e conflitos entre os atores sociais que agem sobre o meio ambiente físico-natural e também o meio construído, com o intuito que o artigo 225 da CF/88 seja cumprido com devido zelo (QUINTAS, 2006). A gestão ambiental fornece base para a execução do que se encontra referido em lei, normas e decretos ela é o alicerce para a execução dos trabalhos nos poderes públicos visando à eficiência do sistema.

A gestão ambiental citada por Quintas (2006) não é neutra, pois quando é tomada uma decisão por parte do Estado esta sendo definido quem ficara com os benefícios e quem ficara com os prejuízos, salientando assim a importância de uma gestão ambiental participativa, pois esta é transparente não sendo as decisões por parte do Estado influenciadas por interesses próprios de alguns atores sociais que detenham maior poder, deste modo as decisões tomadas passam a ser coerentes com as avaliações técnicas referente de cada empreendimento ou mesmo realidade visando o benéfico comum de todos e o menor impacto negativo a população e ao meio ambiente.

Devido às intensas lutas da sociedade civil foram

criados diversos planos, programas e também políticas públicas tendo como pano de fundo os conselhos gestores que possuem como finalidades a implantação e fiscalização das políticas bem como abrem espaços para sociedade civil participar das tomadas de decisões referentes às políticas implantadas e também saber onde estão aplicando os recursos disponíveis (ABROMAVAY, 2000).

As políticas públicas referentes às questões ambientais e ao desenvolvimento de ordem sustentável devem ser um instrumento que permite aos tomadores de decisões e as populações envolvidas analisarem e compreenderem as situações insatisfatórias com que se defrontam e discuti-las através de negociação e ações diretas.

Por este motivo as políticas públicas de desenvolvimento precisam ser repensadas como questões de “políticas de Estado” que de acordo com Weffort (1992 apud STROH, 2003) equivalem a uma visão política capaz de reconhecer globalmente as exigências de uma dada situação econômica, social ou política e também de formular uma perspectiva que venha a atender as demandas de desenvolvimento do conjunto da sociedade.

Pode-se dizer que existem dois tipos de políticas públicas que atuam sobre o meio ambiente, uma são políticas que aproveitam vínculos mais entre o desenvolvimento e meio ambiente, corrigindo ou prevenindo falhas, aumentando o acesso aos recursos e tecnologias e promovendo um aumento equitativo da renda, este tipo de política tem por base o ganha-ganha que equivale ao mesmo tempo melhorias ambientais e econômicas.

Podemos citar como exemplo seriam os subsídios e incentivos as indústrias ou a agricultura que tenham impacto negativo no meio ambiente, estas políticas estimulam a eficiência produtiva na relação insumo produto como a utilização de tecnologias limpas (SOUZA, 2000).

Já o segundo grupo corresponde às políticas públicas que visam as problemáticas ambientais específicas, regulamentação e incentivos necessários para reforçar o reconhecimento dos valores ambientais por parte dos empreendedores do processo decisório.

As políticas mais desejáveis e conseqüentemente as mais eficientes são aquelas que aproveitam vínculos positivos com os mercados, ou seja, melhoram a eficiência econômica e ao mesmo tempo em que melhoram a eficiência ambiental. (SOUZA, 2000).

As políticas econômicas têm efeito sobre a economia, sobre a estrutura e composição da produção sobre a eficiência de utilização de materiais e energia o que pode afetar o meio ambiente positivo ou negativo.

As metodologias interdisciplinares requerem fortalecimento estas são capazes de articular as especificidades das relações entre os ambientes naturais e humanos em uma dada realidade, bem como respondem as exigências de viabilização de planos, programas e projetos ambientais (STROH, 2003).

A elaboração de políticas públicas duradouras e abrangentes, através de instrumentos focados nas transformações pretendidas que por sua vez estimulam o desenvolvimento descentralizado e a autogestão estimulam o desenvolvimento local e também territorial rural, ampliando a capacidade de mobilização, organização, diagnóstico planejamento e autogestão das populações locais, nota-se que os caminhos referentes ao desenvolvimento sustentável devem estar aliados as políticas de investimentos e entregas de serviços que assegurem a agricultura familiar condições de atuar e fomentar o DTS (MDA, 2003).

Em função de a pesquisa ter sido desenvolvida no entorno das unidades de conservação, torna-se importante contextualizar o panorama atual e a legislação no Brasil referente às áreas protegidas, desta forma no próximo item será abordado às informações referente ao SNUC.

### 3.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC

Com a criação da Lei Federal 9.985/00 institui-se o SNUC que em seu art. 2 Inc. I definiu como sendo UC's espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Além disso, Macedo (2007) descreve que as UC's podem ser compreendidas como um espaço geográfico que por possuírem características biofísicas singulares ou outras qualidades e potencialidades socioculturais, merecem receber do Estado proteção efetiva e também permanente através de regimes especiais de administração que lhes garantam a integridade física sem perda das suas características e valores, mediante utilização de acordo com esses objetivos e adequado manejo.

Portanto as UC's são áreas específicas criadas através do poder público, cujo domínio tanto pode ser público ou também privado, podendo ou não ter proteção integral de seus recursos naturais e dependendo do tipo pode ou não ser compatível com a presença de populações tradicionais no seu interior (BENETTI, 1999).

As UC's são áreas delimitadas dentro do território nacional estabelecidas pelo governo federal ou pelas Unidades da Federação através dos respectivos governos estaduais e municipais para a proteção dos ecossistemas significativos. Estas estão divididas em dois grupos de acordo com suas características específicas: temos as unidades de proteção integral cujo objetivo é preservar a natureza sendo admitido apenas uso indireto dos recursos naturais, já as unidades de proteção uso sustentável compatibilização a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis (BRASIL,

2000).

As UC's são criadas pela necessidade de preservação das espécies vegetais, animais ou até qualquer outro motivo previsto em lei, logo as UC's são uma especialização dos espaços protegidos tendo suas próprias regras de uso e manejo, sendo sua criação definida por lei (Benetti, 1999).

Através de uma análise realizada entre os representantes dos governos e entidades ambientalistas de todo o país que participaram da Conferência Nacional do Meio Ambiente de 2003, basicamente há duas formas de se pensar a UC a primeira como um meio de proteger a natureza da “ação humana”, que é pensada em desconexão com o foco social, neste caso a UC é criada estabelecendo a separação entre natureza e cultura, como se o próprio conceito de natureza não fosse cultural, originário das relações sociais, e como se a cultura não fosse uma manifestação de uma espécie natural e por sua vez a segunda forma de se pensar em UC diz respeito ao espaço criado para a proteção da natureza e, igualmente, para a promoção da sustentabilidade e da dignidade de vida, cumprindo determinadas funções sociais, neste contexto visa a busca de compreender como a sociedade cria seus mecanismos de proteção e de sustentabilidade e quais são os seus efeitos para a sociedade. Sendo assim, participar na gestão de UC exige escolhas filosóficas e ideológicas (IBASE, 2006).

De um modo geral as UC's apresentam características naturais que possuem relevância sendo a função destas unidades garantirem a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando os patrimônios biológicos existentes (MACEDO, 2007).

As UC's são recortes espaciais que possuem a função de realizar a preservação biológica e sua criação e gestão são processos naturais e necessários, construídos

por determinados agentes e ativamente disputados (DRUMMOND, 2012).

Atualmente no Brasil temos 5,57% do território brasileiro sob proteção governamental na forma de Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Áreas de Proteção Ambiental (BENATTI, 1999).

Levando em consideração a proteção ambiental as UC's têm um importante papel no que tange medidas preventivas, apresentando dois procedimentos básicos: 1 – interromper a atuação antrópica de modo a permitir a manutenção e a recuperação de atributos naturais e 2 – permitir o uso dos recursos garantindo sua manutenção em longo prazo e em condições regulares, minimizando deste modo os procedimentos as resposta negativas da ocupação antrópica (CABRAL; SOUZA, 2002).

Para Cabral e Souza (2002) a conservação da biodiversidade não é o principal objetivo do manejo realizado nas UC's, existem outros objetivos pertinentes tais como a proteção de bacias de fontes de água e de paisagens, o fomento da recreação e do turismo ao ar livre, conservação de sítios históricos, arqueológicos e culturais.

Para garantir o pleno funcionamento e gestão dos recursos naturais no interior das UC's são definidos planos de manejo, estes por sua vez são de nível técnico científico tendo como base de regras dos dispostos na lei SNUC.

O processo de gestão participativa dentro das UC tornou-se formal a partir da criação da referida lei, pois em seu art. 5, inciso III institui diretrizes que assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, constitui-se um avanço do modelo de gestão centralizada para uma gestão integrada e participativa, esse processo de participação ocorrem através de três instrumentos: consultas públicas, planos de manejo e os conselhos gestores (MACEDO, 2007). A gestão participativa é

relevante, pois solidifica o trabalho em longo prazo tornando mais eficiente e fazendo cumprir as políticas públicas existentes.

O fortalecimento comunitário consiste no princípio da habilidade social que consiste em convencer e em consequência obter a cooperação alheia, há pessoas que possuem uma maior facilidade em lidar com outras e assim acabam por conseguir uma maior cooperação fazendo com que outras haja coletivamente e tendo base nesta capacidade que se constrói as ordens locais que são decisivas no funcionamento das organizações e em caráter particular dos mercados (ABRAMOVAY, 2010).

A gestão participativa contempla atividades que geralmente se constituem em processos restritos a poucas entidades sendo comum estarem direcionadas a órgãos públicos, ONGs ambientalistas, sendo a participação de outras organizações sociais apenas a imposição legal de paridade entre representantes de entidades pública e sociedade civil, porém percebe-se que há uma tendência a convidar entidades que representem os interesses empresariais de segmentos urbanos em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionados à unidade de conservação (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

As populações estão começando a tomar consciência da importância da manutenção e preservação destas unidades, e a cada dia que passa vem crescendo a participação das populações em conselhos gestores, a garantia de preservação e gestão participativa nas UC somente ocorre porque existe uma política social forte e bem estruturada a qual os atores sociais procuram fazer cumprir as leis e normas que regulamentam o funcionamento destas unidades.

Cabe ressaltar que se a sociedade não estiver integrada à gestão de UC e percebê-la apenas como restrição ao uso, sua percepção será negativa e ela não será parceira da UC para a proteção da natureza (IBASE,



2006).

As técnicas participativas contemplam uma série de abordagens e ferramentas que são utilizadas para obter informações para a reflexão sobre as condições sociais e ambientais para assim ocorrer o fortalecimento comunitário, as ferramentas podem ser aplicadas nos diferentes fases do processo de envolvimento comunitário, o objetivo da utilização destas técnicas é fundamentar o planejamento integrado entre os vários setores da sociedade em busca da melhoria do ambiente e da qualidade de vidas das comunidades (DRUMOND, 2002).

Podemos citar como estas técnicas de ferramentas a tempestade de ideias, entrevistas semiestruturadas, mapeamento, diagrama de Venn, travessia, calendários sazonais, rotinas diárias, matriz, apresentação de slides sobre temas-chaves, diagrama de fluxo, agrupamentos de dados por categorias, análise de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA). As aplicações destas técnicas auxiliam aos responsáveis pela gestão de áreas protegidas a encontrar fatores-chaves para o desenvolvimento de uma estratégia de conservação aliado ao desenvolvimento social (DRUMOND, 2002).

Para Santos (2005) as pessoas se envolvem com mais compromisso naquilo que ajudam a construir. A primeira etapa da estratégica é importante, pois identifica as principais fases: a) Primeiro encontro, para levantar e colocar em discussão o conhecimento dos presentes, agrupando as informações por itens; b) Segundo encontro, para elaborar um roteiro aberto, semiestruturados para investigação a campo e sistematização das informações coletadas, construção 34 de uma postura investigativa pelo grupo; c) Terceiro encontro, para realizar a capacitação da comissão quanto aos princípios como definir as equipes com suas funções além de definir os locais e as técnicas a serem utilizadas.

A segunda etapa é marcada pela realização de reuniões nos bairros/comunidades. O trabalho de campo

sempre deve gerar reflexão sobre a realidade vivida, e a equipe responsável deve realizar uma sistematização das informações coletadas com descrição, problemas e potencialidades e relatar em texto, e em síntese de forma audiovisual de no máximo 20 minutos, servindo de base para o processo de reflexão e planejamento que se pretende estimular, além de ferramenta de publicidade (SANTOS, 2005).

A terceira etapa serve para apresentação da síntese do diagnóstico e planejamento das ações. Após a conclusão dos trabalhos em grupo os participantes reúnem-se para escolher os representantes para o próximo processo: a plenária final, que consiste na apresentação das propostas tiradas nos grupos (SANTOS, 2005).

O desenvolvimento do trabalho comunitário dentro de uma UC deve ser organizado em uma fase preparatória onde deve ser levantada a disponibilidade de recursos financeiros, tempo do pessoal, possibilidade de contribuição dos participantes, é fundamental a flexibilidade de adaptação frente às possíveis dificuldades durante o amadurecimento do processo, formar uma equipe de trabalho delegar tarefas, compromissos e responsabilidades fazem com que o trabalho esteja estruturado e organizado para que os objetivos e metas impostos sejam cumpridos com excelência (DRUMOND, 2002).

A Educação Ambiental neste contexto possui uma abordagem crítica, onde os sujeitos são entendidos como indivíduos historicamente determinados constituídos e se constituindo socialmente em ações políticas com vistas na transformação da sociedade a proposta é que a educação atue na busca de garantir a participação do processo decisório os grupos historicamente excluídos e em vulnerabilidade socioambiental (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

As ações de Educação Ambiental exigem transparências nas relações e nos processos que são

instituídos nos grupos sociais envolvidos na gestão participativa e no fortalecimento do Estado, sob controle social e servem para garantir: reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e a problematização histórica da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

As UC's devem funcionar como articuladoras e também catalisadoras de um processo de desenvolvimento rural que interaja com os serviços sociais e ambientais, através do fortalecimento comunitário. O processo participativo de criação e gestão das UC vem crescendo muito nos últimos anos. Diversas ferramentas são utilizadas para buscar informação, provocar reflexão, levantar problemas, avaliar processos e mobilizar a comunidade (DRUMOND, 2002).

O SNUC é uma proposta de sistema que consiste em proteger partes dos biomas brasileiros, a partir da gestão dos territórios, estabelecendo uma série de parâmetros para criação e manejo das áreas protegidas, com diversas categorias que variam quanto ao grau de proteção com aparatos jurídicos, técnicos e conceituais que permitem a gestão adequada destas unidades e tomada de decisão das diferentes instâncias envolvidas. O SNUC é um importante instrumento de gestão para o Poder Público e também para a sociedade, e é papel do Estado ser o condutor da política de áreas protegidas, porém essa gestão deve ser realizada com participação da sociedade civil, pois é essencial a formação de conselhos gestores com diferentes esferas governamentais além de representantes da sociedade civil. (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Para Castro Jr; Coutinho e Freitas (2009), o papel das ONGs foi fundamental para a definição na política de conservação, influenciando sobre a legislação brasileira, destacando a lei que estabelece o SNUC. Esta por sua vez, estabelece uma série de parâmetros para a criação e manejo de áreas protegidas no país, assegurando a proteção de parte dos biomas brasileiros através de aparato técnico, jurídico e conceitual que facilitam a gestão.

Como as áreas trabalhadas são APA's no item que segue iremos discorrer mais informações a respeito deste tipo de UC's.

### **3.3.1 Área de Proteção Ambiental – APA**

Criadas através do art. 8 da Lei Federal que institui a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental – APA's. As APA's foram criadas com a finalidade de garantir o bem estar das populações urbanas e conservar ou até melhorar as condições ecológicas locais, a referida lei em seu art. 9 regulamenta o funcionamento, ocupação e também gera penalidades previstas para quem degradar ou explorar estas áreas (BRASIL, 2000).

A Lei Federal 6.938/81 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente através do seu art. 9 permite que as APA's possam ser criadas por todas as esferas do poder público, ou seja, União, Estados, Municípios e Distrito Federal (BRASIL, 1981).

A lei que estabelece a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC Lei Federal n 9.985/00 em seu art. 15 define como sendo área de preservação ambiental, uma área extensa com certo grau de ocupação humana, possuidora de atributos bióticos, abióticos, estéticos bem como culturais que são relevantes para qualidade de vida e também para o bem estar das populações humanas abrangendo cerca de 426.273 km<sup>2</sup>

contemplando o território brasileiro, continental e marinho (BRASIL, 2000).

Estas áreas em questão visam com seu manejo proteger a diversidade biológica existente, regulamentar de forma técnica e sustentável o uso e ocupação do solo facilitando a ordenação de ocupação humana bem como garantir o uso sustentável dos recursos naturais principalmente em áreas onde esta ocorrendo expansão urbana.

Para tornar eficiente sua gestão e fazer cumprir as normas e leis vigentes que protegem estas áreas o art. 15 em seu Inc. 5 da referida lei federal estipula a criação de um conselho gestor o qual é presidido pelo órgão responsável e sua administração será constituída por representantes dos órgãos públicos, de organização da sociedade civil e da população residente na APA.

Cabe ressaltar que estas áreas são formadas por terras públicas ou privadas, em áreas de domínio público no que tange a realização de pesquisa científica e visitação publica o conselho gestor é quem regulamenta as diretrizes, por sua vez em áreas de domínio privado cabe ao proprietário estabelecer estas diretrizes, quando respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização em uma propriedade privadas.

De acordo com Rodrigues (2005) o grande sucesso de implantação de uma APA consiste em não haver desapropriação em terras privadas para sua implantação, no entanto a implantação de APA em propriedades privadas pode gerar conflitos de interesse entre o poder público e os proprietários destas áreas.

Mediante a este impasse as APA's necessitam de um manejo técnico sustentável que deve ser implantado e mantido em toda a sua extensão com a finalidade de fazer cumprir as leis e normas que a regem bem como garantir a sustentabilidade de seus recursos.

A APA Baleia Franca foi criada no dia 14 de

setembro de 2000, através do Decreto nº 3.254/00, com a finalidade de harmonizar as atividades humanas com a presença das baleias e promover, de forma sustentável e controlada o turismo de observação de cetáceos (IBAMA, 2003).

A área de preservação em questão possui uma extensão de 159.100 há é uma área que se estende da Ponta Sul Praia da Lagoinha do Leste, na Ilha de Santa Catarina, até a Praia do Rincão, no município de Criciúma, abrangendo cerca de 130 Km e 10 municípios da costa catarinense (IBAMA, 2003).

As APA's constituem um instrumento da política ambiental relevante do ponto de vista socioeconômico, por ser uma área de desenvolvimento sustentável, onde as atividades humanas podem ser executadas com responsabilidades, no sentido de permitir a integridade e a manutenção da qualidade ambiental do referido espaço, o grande embase desta categoria está em considerar o desenvolvimento de uma determinada área sendo este aliado a conservação dos recursos ambientais existentes, em consonância com sua capacidade suporte (CABRAL; SOUZA, 2002).

A criação de uma APA visa identificar os atributos ou fatores ambientais os quais apresentam algum grau de fragilidade, estas áreas são regidas individualmente através dos seus decretos de criação onde são estabelecidas normas administrativas (CABRAL; SOUZA, 2002).

O grande desafio está em balancear os interesses individuais possibilitando a proteção dos ecossistemas, neste contexto a atenção deve estar voltada a gestão de interesses e das atividades, de maneira que os proprietários, impulsionados por motivações individuais, optem pelo comportamento de conservação dos recursos.

Gestão ambiental nas APA's exerce um papel fundamental, uma vez que esta relacionada ao gerenciamento de todas as atividades humanas que

exercem um impacto significativo sobre o meio ambiente. Sendo assim a gestão ambiental não é pacífica ela incita discussões e conflitos a partir do momento em que ela se defronta com o desafio crucial de integrar os diversos interesses e inserir a dimensão ambiental em processos decisórios privados e em políticas governamentais (CABRAL; SOUZA, 2002).

O SGA para as APA's deve identificar os aspectos ambientais relacionados às atividades humanas e seus respectivos impactos ambientais, com a finalidade de evitar tais impactos ou controlá-los, neste contexto deve ser implementado mecanismos de controles ambientais das atividades, produtos e serviços bem como melhorar os procedimentos adotados considerando as disposições legais vigentes, além disso, é necessária a existência de recursos humanos na área de planejamento que possam vir a aprimorar as ações de controles e também melhorias ambientais (CABRAL; SOUZA, 2002).

Como estes ambientes são habitados vamos contextualizar a cerca das populações que ali vivem que são denominadas populações tradicionais.

### **3.3.2 Parques Nacionais**

Parques Nacionais são unidades de conservação cujas suas áreas são destinadas à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas (MMA, 2011).

De acordo com dados do MMA (2011), os parques nacionais são muito conhecidos devido à importância que têm para a recreação, turismo ecológico e educação ambiental. Cabe destacar que o primeiro parque nacional criado foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, desde então, foram criados outros 273 parques (federais, estaduais e municipais), totalizando 345.093 km<sup>2</sup>. Por sua

ampla distribuição no território brasileiro e por permitirem a visitação pública, são as unidades de conservação que propiciam a maior variedade de experiências e a maior interação entre o visitante e a natureza.

O art. 11 da Lei Federal 9.985 de 24 de julho de 2000 considera que o objetivo dos parques nacionais é preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Ainda no artigo 11 em seus incisos ficam destacados que os Parques Nacionais são de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares estão incluídas em seus limites, a visitação pública esta sujeita a normas e restrições que por sua vez são estabelecidas através do Plano de Manejo da unidade, as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e aquela prevista em regulamento, as pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento, As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Cabe ressaltar que os parques nacionais são UC's de proteção integral que se destinam à preservação integral das áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, e oferece relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo, permitida a visitação pública, condicionada a restrições específicas. Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, ou seja, seu uso indireto sendo definido como aquele que



não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

Os parques nacionais são a mais popular e antiga categoria de Unidades de Conservação. Seu objetivo, segundo a legislação brasileira, é preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O manejo dos parques, feito pelo Instituto Chico Mendes, leva em consideração a preservação dos ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o turismo. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade (ICMBIO, 2014).

De acordo com Martins (1998 apud ZIMMERMANN, 2006), busca-se através destas unidades atenderem aos requisitos de proteção da biodiversidade, e cuidar de forma ética e integrada das necessidades humanas das comunidades os Parques Nacionais servem de exemplo, de referência e de apoio para um novo caminho de desenvolvimento sustentável, preservando, valorizando a natureza, aprendendo e ensinando alternativas econômicas viáveis, como o ecoturismo e o uso sustentável de recursos genéticos, e principalmente, executando essas metas de modo participativo e socialmente justo.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

A visitação pública está sujeita às normas e

restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. Entre as várias categorias de unidades de conservação, os Parques Nacionais são por vocação aqueles que oferecem maior oportunidade de visitação, e nos quais se necessitam implantar um conjunto de serviços e equipamentos para receber os visitantes adequadamente, obedecendo a todos os princípios da conservação (ZIMMERMANN, 2006).

Nos últimos anos, constata-se que o número de visitantes nessas unidades é cada vez maior, principalmente pelas pessoas que buscam a natureza para o relaxamento e o lazer que os centros urbanos não são capazes de proporcionar. Assegurar que a visitação esteja compatibilizada com a conservação da biodiversidade é, em parte, responsabilidade dos administradores dos Parques, por intermédio das políticas que governam o seu uso público e, em parte, uma função da sociedade como um todo (DAVENPORT et al, 2002 apud ZIMMERMANN, 2006).

Oficialmente, desde agosto de 2007, os Parques Nacionais passaram a ser administrados pelo ICMBio, o qual está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Dessa forma, cabe ao ICMBio propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar os Parques Nacionais instituídos pela União. Segundo o ICMBio (2009), existem 64 Parques Nacionais os quais estão presentes em todas as regiões do território brasileiro e distribuídos por 22 estados e pelo Distrito Federal, conforme apresentado no Quadro 8. Com 11 unidades e 17% do total cada, aparecem as regiões Sul e Sudeste. Por fim, vem a região Centro-oeste com sete unidades e 11% do total, conforme pode ser observada (ICMBIO, 2014).

Em um esforço de ampliar o total de áreas protegidas no Brasil, nos últimos anos, novos Parques Nacionais foram planejados e criados. Observando-as,

percebe-se que nas últimas duas décadas ocorreu um acréscimo significativo do número dessas unidades.

No texto estaremos trabalhando a questão do Parque Nacional dos Aparados da Serra onde temos o impasse dos conflitos de ocupação este localizado na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este parque, criado em 1959 para proteger as espécies nativas de pinheiro (*Araucária*) e conservar a beleza cênica da região, apresenta características peculiares no que diz respeito tanto aos seus atributos fisiográficos quanto à sua ocupação humana. Contando com uma população de origem luso-brasileira, mas miscigenada com imigrantes italianos que ocuparam posteriormente a região, o parque abrange uma diversidade de culturas incomum em áreas declaradas de preservação. Culturas distintas, mas que forjam uma identidade singular quando o assunto é território. A beleza paisagística do local refere-se fundamentalmente ao conjunto de cânions existentes na região, do qual o mais famoso se chama Itaimbézinho.

O parque abrange dois domínios fisiográficos distintos: um caracterizado pela vegetação de campo com capões de araucária intercalados, localizado na parte de cima do Planalto Meridional brasileiro, e outro evidenciado pela presença da Mata Atlântica, situado na escarpa deste planalto, fazendo a transição para a Planície Costeira. Aliás, uma das principais características do parque é justamente esta escarpa abrupta, originada a partir da separação dos continentes sul-americano e africano na era mesozóica, associada ao dia clasamento próprio das rochas vulcânicas formadoras do planalto. Este processo, aliado à erosão remontante dos cursos d'água que se estabeleceram nas fraturas destas rochas, formou os vales e *canyons* existentes ao longo da escarpa.

Dentro dos parques nacionais um ponto relevante é ocupação humana que muitas vezes é caracterizada pelas populações tradicionais, dentro do estudo proposto iremos trabalhar com as populações que vivem dentro das áreas

de amortecimento das UC's, sendo assim no próximo tópico será salientado um pouco mais a respeito destas populações.

### 3.4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A grande diversidade sociocultural do povo brasileiro é acompanhada de uma gama extraordinária diversidade fundiária, a grande diversidade sociedades indígenas cada uma delas com suas próprias formas de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” e ainda, há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçara, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varejeiros (DIEGUES; ARRUDA, 2001 apud LITTLE, 2002).

O termo populações tradicionais possuem varias definições em termos legais, de com o Decreto nº 6.040 de 7/02/2007, que instituiu a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, no seu Art. 3º, inciso I define como Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No art. 3 inciso III da Lei Federal nº 11.428/2006 define como populações tradicionais aquelas que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, através de atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2006).

Por sua vez, a Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000 descrito em seu art. 20 refere-se às populações tradicionais aquelas que cujo sua existência está baseada em um sistema sustentável de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptadas as condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2000).

Apesar de existirem definições legais para o termo populações tradicionais o termo em questão é permeado por aspectos semânticos e esta sujeito a modificações (DIEGUES; PEREIRA, 2010).

As populações tradicionais representam etnias, grupos sociais que construíram sua territorialidade em um meio ambiente específico, por isso é um pressuposto condicional levar em consideração a forma peculiar de apossamento da terra dessas populações, assim como sua forma especial de utilizar os recursos naturais, assegurando, deste modo, o seu modo de fazer e viver em comunidade e a sua identidade cultural (BENATTI, 1999).

São evidenciadas algumas características destes povos como a transmissão oral do conhecimento vista como um mecanismo de difusão onde estabelece uma relação continua com os conteúdos disseminados, cabe ressaltar que é através da oralidade que os conhecimentos, valores, linguagens, representações,

visões de mundo e práticas são transmitidas entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente a existência de uma ampla ligação como o território habitado (DIEGUES;PEREIRA, 2010).

Os sistemas de produção voltados para a subsistência e o caráter econômico pré-capitalista, os recursos naturais ocupam um lugar de destaque, pois neste contexto existe uma relação de gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, o que acaba por representar a causa direta da preservação ambiental das localidades nas quais as populações habitam, pois existe uma relação direta com a ocupação dos territórios, assim como a fixação no mesmo esteve diretamente acoplada aos ecossistemas locais, devido ao desenvolvimento das atividades culturais. Dentre os mais importantes entre todas as características e definições é o sentimento de pertencimento, ou seja, o de reconhecer-se naquele grupo social.(DIEGUES;PEREIRA, 2010).

Diegues (2001, p.87-88) em seu livro intitulado como “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, lista as principais características referentes às populações tradicionais: a)dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b)conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d)moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;f) reduzida

acumulação de capital;g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;l) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura.

As populações tradicionais são consideradas peças importantes no que tange a proteção do ambiente natural onde estão inseridas, neste contra ponto a conferência das nações unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) enfatizou a necessidade de proteger estas populações bem como os conhecimentos que são detentores (DIEGUES; PEREIRA, 2010).

As culturas tradicionais podem ser englobadas, como expressou Foster (1971) em “Sociedades Parciais, questão inseridas em uma sociedade mais ampla onde as cidades exercem papel fundamental” (DIEGUES, 2001).

E estas se definem como comportamentos que ao transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e também interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil (DIEGUES, 2001).

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes, esta natureza diversidade e domestica e manipula pelos seres humanos a milhares de anos e que esta integrada em uma complexa cosmologia (MIRANDA; OLIVEIRA, 2007).

O que se propõe é uma cooperação orgânica entre o conhecimento e as práticas científicas com o conhecimento tradicional no estudo e manejo da biodiversidade. Para tanto, e preciso, antes de tudo, se reconhecer a existência, nas sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais, de se perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência moderna, enfatizando a importância das populações tradicionais para assegurar a biodiversidade. (DIEGUES, 2001)

Segundo Almeida (2004 apud BENATTI, 1999), a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo quando se trata de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias e porventura existentes.

No contexto do presente trabalho, a metodologia descrita no capítulo seguinte buscou atender os objetivos propostos nesta pesquisa de dissertação, conforme detalhado adiante.



## 4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a construção deste trabalho foi uma pesquisa de campo de caráter qualitativo do tipo descritiva sobre a forma de pesquisa um estudo de caso.

A pesquisa de campo de acordo com Marconi e Lakatos (2001, p.186),

Tem como finalidade objetivo conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que tenha a necessidade de se comprovar ou então descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

Esta técnica consiste em observar fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, cabe ressaltar que este tipo de pesquisa não é apenas uma simples coleta de dados, pois exige do pesquisador controles adequados e objetivos preestabelecidos os quais descrevem suficientemente o que deve ser coletado (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A pesquisa de campo é organizada por fases, a primeira fase da pesquisa consiste em realizar uma pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade obter conhecimento e esclarecimento sobre o tema a ser pesquisado, a segunda fase visa estabelecer as técnicas que serão empregadas para a realização de coleta de dados e como será estabelecida a amostra da pesquisa, por último devem-se determinar quais as técnicas para registrar os dados e obtidos bem como a análise destes dados.

A pesquisa que foi realizada para a construção deste trabalho é de caráter qualitativo, optou-se por esta

característica de pesquisa, pois envolvera grupos humanos e ira observar e avaliar as experiência e oportunidades dentro do contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS no campo da pesquisa.

Também conhecida como naturalística, onde o pesquisador deve entrar em contato direto e prolongado com o ambiente no qual o fenômeno pesquisado está inserido (MARTINS, THEÓPHILO, 2009).

Este tipo de pesquisa costuma ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento, sendo seu foco de interesse amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos, dela se obtém dados descritivos mediante ao contato direto e interativo entre o pesquisador e o seu objeto de estudo é comum que o pesquisador procure entender através da perceptiva dos participantes da situação estudada e daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

A pesquisa de caráter qualitativo é de grande aplicação no campo das relações institucionais, da comunidade entre atores sociais, distintamente posicionados no cenário social (ZIONI; SOUZA, 2005).

Com fundamento predominantemente interpretativo, a pesquisa de caráter qualitativo é voltada para o processo, visando à síntese, realizando descrições não controladas, observações naturais, cujo objetivo é entender compreender e também descrever os comportamentos.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito uma interdependência viva entre o sujeito e objeto um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

O objetivo desta abordagem de pesquisa consiste

em compreender específicas situações sociais é um processo investigativo onde o pesquisador gradativamente ira compreender o sentido dos fatos analisados (CRESWELL, 2007).

A pesquisa qualitativa possui uma base multidisciplinar, ou seja, se utiliza de conceitos de varias disciplinas principalmente as que abordam o comportamento humano para através destes conhecimentos elaborarem abordagens técnicas para serem aplicadas na pesquisa.

Cabe ressaltar que em pesquisa qualitativa o pesquisador é parte integrante do processo, fazer parte do processo consiste em ultrapassar as aparências e alcançar a essência dos fenômenos interpretando-os e dando-lhes um significado, de um modo geral o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 2001).

O sucesso das pesquisas que envolvem grupos humanos conta com um ponto de grande importância a familiaridade entre o pesquisador e grupo a ser pesquisado. Observar as práticas cotidianas através da convivência permite que o pesquisador compreenda a essência da origem de conceitos e conflitos existentes no grupo estudo, pois muitas vezes estes conflitos existentes podem interferir no saberes práticos do dia a dia.

Por ser uma pesquisa que se observa, registra analisa os fatos ocorridos em um determinado local, escolheu-se uma pesquisa do tipo descritiva. Este tipo de pesquisa avalia os fatos sem manipulá-los buscando conhecer diversas situações, trabalhando com dados colhidos da própria realidade (CERVO; BERVIAN, 2002).

Pesquisas do tipo descritivas consistem em descrever, esclarecer e avaliar fatos e fenômenos. Pesquisas desta natureza selecionam-se uma serie de questões e medem ou coletam informações sobre estas questões, para desta forma descrever o que se pesquisa (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2006).

Para Gil (2002) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinadas populações ou fenômenos ou então estabelecer relações entre as variáveis.

O estudo de caso é uma possibilidade oferecida na pesquisa qualitativa, este é uma análise profunda de uma unidade de estudo, visando um exame detalhado de um ambiente, sujeito ou de uma situação particular é uma modalidade muito utilizada para aqueles que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou ainda quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico (NEVES, 1996).

A finalidade do estudo de caso consiste em estudar uma unidade social que se analisa profunda e intensamente, possibilitando penetrar na realidade social do ambiente pesquisado (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para Martins e Theóphilo (2009) a formulação de um estudo de caso os procedimentos para realização da pesquisa não possuem uma rotina pré-estabelecida exigindo desta forma do pesquisador uma maior habilidade e atenção, pois se faz necessário controlar os desvios e diferenças que surgem ao longo da pesquisa e em grandes quantidades.

#### 4.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A técnica empregada para a coleta de dados para a realização do trabalho foi através de pesquisa bibliográfica, observações participantes e aplicação de um questionário através de entrevistas semiestruturadas.

As fontes primárias para a construção deste trabalho consistiram em visitas na área de estudo, com a finalidade de realizar as entrevistas semiestruturadas, que identificaram as atividades econômicas, sociais bem como identificaram a participação da comunidade nos espaços

públicos que tratam das políticas sociais.

Em relação à realização da pesquisa de campo o primeiro instrumento utilizado para a realização foi um termo de livre consentimento o TLC. Este termo esclarece aos entrevistados as informações a respeito da pesquisa que esta sendo realizada. Contempla neste termo informações de quem a realiza, qual a finalidade e onde será aplicada e também deixa claro que seus dados e nomes não serão divulgados. Desta maneira, o entrevistado se sente livre para poder responder as perguntas sem receio algum. No apêndice encontra-se o modelo de TLC aprovado pela Plataforma Brasil.

Outro instrumento de coleta de dados aprovado pela Plataforma Brasil foi o questionário de entrevistas semiestruturadas. Este oferece abertura para o entrevistador e o entrevistado dialogarem de maneira mais informal possível, tornando o contato de ambos, mais direto e harmonioso.

De acordo com Marconi e Lakatos (2001, p.195),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista é uma forma de conversação entre duas pessoas onde é efetuada face a face, de maneira metodológica cujo objetivo ira proporcionar ao entrevistador obter informações necessárias sobre o tema ou assunto a ser pesquisado, neste encontro o

pesquisador oferece liberdade e espaço ao pesquisado que permite que à medida que perguntas vão surgindo ao longo da pesquisa o diálogo pode ser direcionado a outros assuntos que sejam de interesse da pesquisa, facilitando assim o entendimento e a lógica e associações relacionadas ao tema a ser pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Em uma entrevista semiestruturada o entrevistado fica livre para responder as perguntas realizadas pelo pesquisador de modo que desta forma o entrevistado ira conseguir extrair do entrevistado suas visões e opiniões a respeito do tema abordado.

De acordo com Viertler (2002 *apud* PIEVE; KUBO; SOUZA, 2009) este encontro entre o entrevistador e o entrevistado é baseado em um roteiro pré-estabelecido através de entrevistas que por sua vez oferece espaço e liberdade para que haja mudanças à medida que as interrogativas vão surgindo ao longo das respostas dos entrevistados, o que pode direcionar a um diálogo sobre assuntos que são de interesse da pesquisa, facilitando o entendimento de lógicas e associações relacionadas ao tema não possíveis de planejamento no momento da elaboração do roteiro da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas são conduzidas com a forma de um roteiro, mas existe uma liberdade de acrescentar novas questões por parte do entrevistado (MARTINS; THEÓPHILLO, 2009).

No trabalho realizado, a aplicação dos questionários através das entrevistas semiestruturadas, foi realizada com os produtores agroecologicos de duas regiões do Sul de Santa Catarina.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas com os produtores pré-selecionados pelas organizações que prestam assistência aos mesmos. As instituições aqui referidas são a associação de agricultores de Praia Grande e a Epagri de Garopaba. Conforme descrito no tópico 4.4 que descreve a respeito da população amostral, os

informantes-chaves foram selecionados pelos líderes locais. A partir da seleção dos informantes-chaves foram realizados contatos preliminares com os mesmos através do telefone. Deste modo, pode-se definir o roteiro e o cronograma das entrevistas a serem realizadas.

A aplicação dos questionários deu-se em três etapas. Nas primeiras duas etapas, foram realizadas as visitas ao município de Praia Grande. Estas visitas ocorreram no período de maio de 2014. O pesquisador realizou as entrevistas em duas manhãs distintas.

No município de Praia Grande, a aplicação dos questionários ocorreu com uma visita na casa de um produtor e as outras quatro entrevistas foram realizadas na associação de agricultores. As quatro entrevistas foram realizadas neste ambiente porque, as propriedades dos entrevistados eram de difícil acesso, tornando mais prática e fácil para o entrevistador e o entrevistado reuni-se na associação, uma vez que neste ambiente pode-se uma interação e até um debate acerca do tema trabalhado.

O terceiro momento ocorreu em junho de 2014. Nesta fase da pesquisa o entrevistador aplicou as entrevistas semiestruturadas com os agricultores de Garopaba. Após o agendado prévio com os agricultores o entrevistador visitou duas propriedades que seriam entrevistadas no período da manhã, no período da tarde os outros agricultores a serem entrevistados reuniram-se na associação local, para que os questionários fossem aplicados, cabe destacar que foi iniciativa dos entrevistados reuniram-se neste ambiente, pois é cultura da comunidade receber seus convidados neste ambiente.

Cabe aqui ressaltar, que com todos os entrevistados o entrevistador continuou mantendo contato, via telefone ou e-mail para sanar qualquer dúvida que poderia se tiverem relação às entrevistas realizadas.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores, foi observado que o entrevistado não se sentia intimidado em responder as perguntas pelo contrário sentia-se livre e

aberto para dar sua opinião e explanar suas inquietações a respeito do tema que estava sendo pesquisado.

Nas entrevistas semiestruturadas as respostas são mais extensas e complexas, e permitem que o entrevistado explique de maneira bastante opinativa e argumentativa seus pensamentos. As respostas por serem abertas também facilitam que o entrevistado navegue em outros tópicos dos assuntos que ele por ventura ache importante.

Deste modo, as realizações das entrevistas mostram-se bastante vantajosas e bem proveitosas, uma vez que muitos pontos foram levantados que estavam fora do questionário e que as famílias se mostravam bastante preocupadas, tentando buscar soluções para resolvê-los.

Outra técnica empregada, através das visitas no local de estudo, foi a observação participante que permitiu ao pesquisador conviver com a realidade do ambiente estudado, fornecendo desta forma uma maior base de conhecimento para a construção do trabalho.

De um modo geral a observação é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, é um elemento básico de investigação científica, ela auxilia o pesquisador identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, por sua vez obriga o investigador ter um contato mais direto com a realidade (MARCONI; LAKATOS, 2001).

A fonte primária de observação participante conforme descrito por Eckert e Rocha (2008 *apud* PIEVE; KUBO; SOUZA, 2009) é a observação direta do pesquisador com o objeto a ser estudado é uma técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e representações coletivas da vida humana. O pesquisador ao participar do dia a dia dos atores envolvidos adquirir embasamento que permite que este compreenda através das experiências vividas um entendimento das situações e dificuldades e



como o grupo pesquisado reage às situações.

A observação participante também é conhecida como observação direta é obtida através do contato direto do pesquisado com o fenômeno observado, com o intuito de recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista (CHIZZOTTI, 2001).

Neste tipo de observação o pesquisador vive intensamente o cotidiano do pesquisado, participa e também interage com as situações vividas pelos atores e entrevistados.

Para Marconi e Lakatos (2001) a observação participante é participação real entre o pesquisador e o grupo pesquisado neste contexto o pesquisador confunde-se com ele, se tornando tão próximo quanto um membro do grupo que esta se pesquisando, participando das atividades de rotina do grupo.

As entrevistas realizadas foram registradas e os comentários e observações dos agricultores não previstos no questionário, foram de suma importância e foram registrados em um diário de campo.

Cabe aqui ressaltar, que neste modo de entrevista, o entrevistador passa a captar uma maior visão a respeito dos temas abordados nas perguntas, ou seja, acaba tendo um conhecimento mais preciso a respeito do que esta sendo estudo, este diálogo informal facilita captar a análise do ponto de vista do entrevistado e assim avaliar de maneira imparcial as respostas recebidas.

Outra fonte de registro que podemos destacar foi o registro fotográfico, porém cabe aqui ressaltar que foi fotografado o local de trabalho de apenas três famílias. A primeira área fotografada foi em no município de Praia Grande onde a família entrevistada além de trabalhar com a agricultura familiar, possui um restaurante que enfatiza a produção de produtos colônias.

Na cidade de Garopaba foram fotografadas duas áreas estas ambientes fora os locais onde foram realizadas

as visitadas. O primeiro registro fotográfico local ocorreu em uma área de produção orgânica de frutas e verduras, também neste ambiente realizou o registro fotográfico do engenho de farinha de mandioca. O segundo ponto que foi realizado o registro fotográfico foi também em um engenho de farinha de mandioca e produção de cachaça. Deve ser destacado que os registros fotográficos foram realizados apenas nos ambientes em que foram realizadas as visitas de campo.

Além destes dois instrumentos formais para realização da pesquisa foi elaborado um diário de campo com anotações que o pesquisador considerou pertinente registrar. Neste diário de campo foram registrados os momentos de interação informal entre o pesquisador e o entrevistado. Estes momentos foram de extrema relevância para que o pesquisador pudesse conhecer mais profundamente o seu objeto de pesquisa. Nestas conversas, foram abordados temas do cotidiano, dificuldades e muitas suas incertezas em relação à atividade que desenvolvem, bem como as alegrias de estar ganhando espaço através dos incentivos por parte do governo federal.

Para o registro das observações realizadas será utilizada a técnica do diário de campo que é uma ferramenta que permite ao pesquisador tomar nota das situações que este vivencia no seu período de pesquisa, bem como registra o seu convívio com o ambiente pesquisado e permite que o pesquisador registre cada experiência vivida, cada detalhe percebido, conversas informais as quais podem obter informações relevantes para sua pesquisa, nome de plantas, animais registros fotográficos enfim elementos que podem tornar o trabalho mais enriquecedor (PIEVE; KUBO; SOUZA, 2009).

A coleta de dados também será obtida através de fontes secundárias que irão contar com um levantamento bibliográfico a respeito do tema de pesquisa abordado. Além foi levantada uma análise documental, esta por sua

vez contou com sites informativos, informações das associações dos agricultores.

A pesquisa bibliográfica é a base para explicar e discutir um assunto, tema ou problema com bases em referências já publicadas, estas referências contam com livros, artigos, revistas entre outros, sendo parte indispensável de qualquer trabalho científico visando à construção de uma plataforma teórica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para Marconi e Lakatos (2008) a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou até filmado sobre determinado assunto. Diante disso a pesquisa bibliográfica não se torna uma mera repetição do que já dito ou também escrito ela propicia exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A análise documental é técnica de coleta de dados que se restringe a apenas documentos, escritos ou não, esta coleta de dados pode ser obtida no momento em que o fato e ou fenômeno ocorre ou não (MARCONO; LAKATOS, 2008).

Analisar documentos é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática esta precede ou também acompanha trabalhos realizados em campo. Um objetivo da pesquisa documental visa responder as necessidades e objetivos de uma investigação, possuindo muitas vezes um aspecto dominante em trabalhos onde se deve traçar uma evolução histórica do problema (CHIZZOTTI, 2001).

Segundo Martins e Theóphilo (2009), em pesquisas documentais não se levantam materiais publicados, faz-se o levantamento de cartas, memorandos, relatórios, atas de reuniões entre outros é fonte indispensável no desenvolvimento de um estudo de caso, este tipo de pesquisa é uma fonte de dados e informações auxiliares na qual subsidia o um melhor entendimento de achados e também de evidências.

## 4.2 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados foram analisados e interpretados a partir das informações coletados por meio das entrevistas semiestruturadas e das observações participantes registradas em um diário de campo.

Conforme descrito por Martins e Theóphilo (2009) os dados em uma pesquisa de caráter qualitativo são analisados à medida que são coletados. Neste tipo de pesquisa a avaliação dos dados obtidos consiste em subdividir a massa de dados em unidades menores, e em sequência reagrupar em categorias que se relacionem entre si, desta forma ressaltam-se padrões, temas e conceitos.

Sendo assim, a compilação dos dados coletados em campo, foram organizados através de categorias para facilitar sua análise e interpretação. Do mesmo modo, foi relacionado a anotações do diário de campo, bem como os registros fotográficos.

Por sua vez os dados foram divididos em blocos de acordo com as perguntas realizadas nos questionários.

Com a consolidação e análise dos dados obtidos na etapa primária da pesquisa, tem-se como intuito contribuir para a produção de conhecimentos sobre experiências de modelos de desenvolvimento territorial sustentável, bem como subsidiar de forma consistente a aplicação de metodologias de gestão de conflitos devido à presença de populações residentes no interior de Unidades de Conservação, no caso daquelas de uso sustentável, ou no seu entorno, em sua zona de amortecimento, no caso daquelas de proteção integral.

Espera-se com a consolidação e interpretação os dados, e a conclusão da pesquisa, possam ser produzidos novos conhecimentos de maneira a subsidiar e fortalecer os processos de elaboração e execução de políticas públicas, de forma integrada e participativa, buscando por

meio da sistematização das experiências estudadas alternativas sustentáveis em todas as suas dimensões.

### 4.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

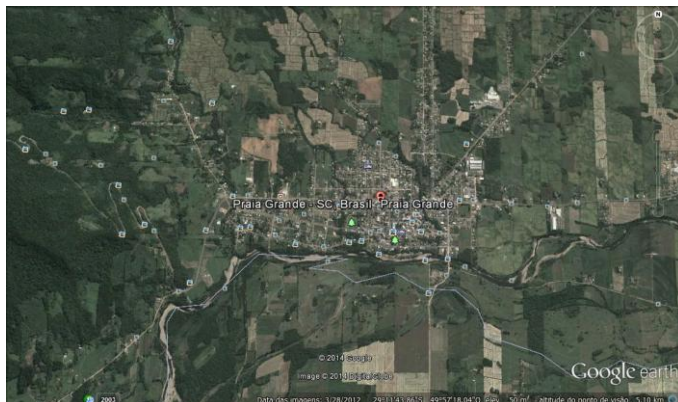
Para a realização da pesquisa foi selecionada dois territórios como sendo áreas de objeto de estudo.

Desta forma foi selecionado o território situado na zona de amortecimento do Parque Nacional dos Aparados da Serra no município de Praia Grande. Outro território escolhido foi à área de a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, esta área esta localizada no município de Garopaba.

#### 4.3.1 Município de Praia Grande

O município é conhecido como a “Capital dos Cânions”. A cidade escolhida possui 295 km<sup>2</sup> de área, com uma população de 7.120 hab., localizada entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e distante a 280 Km da capital Florianópolis. A principal atividade econômica é a agricultura destacando o cultivo arroz, milho, fumo e banana, no setor industrial destaque a produção de fibras de vidro e esquadrias de madeira, o setor terciário vem ganhando com a atividade de turismo (PRAIA GRANDE, 2014).

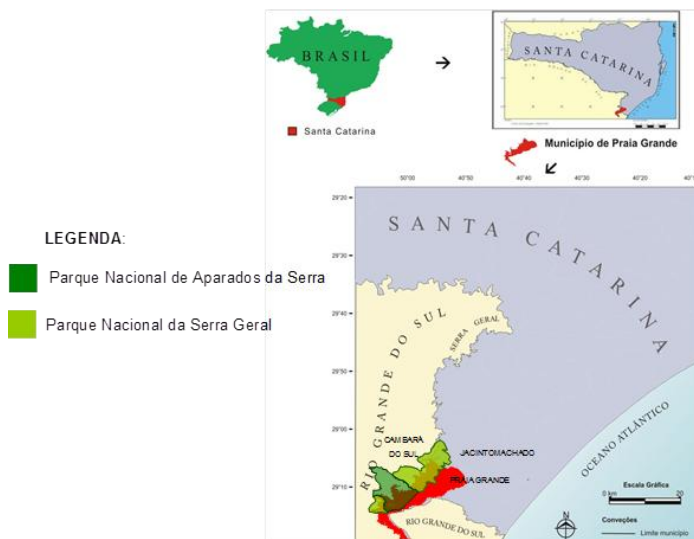
Figura1 - Mapa do município de Praia Grande



Fonte: Google Earth, 2014

No que diz respeito ao Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS), este foi criado em 17 de dezembro de 1959, pelo Decreto Estadual n 47.446, do Rio Grande do Sul e teve seus limites alterados pelo Decreto Federal n 70.296, de 17 março de 1972, passando a incluir também áreas situadas no estado de Santa Catarina, com seus limites atuais o PNAS tem uma área de 10.250 hectares (DIAS, 2010).

Figura 2 - Localização da área do Parque Nacional de Aparados da Serra



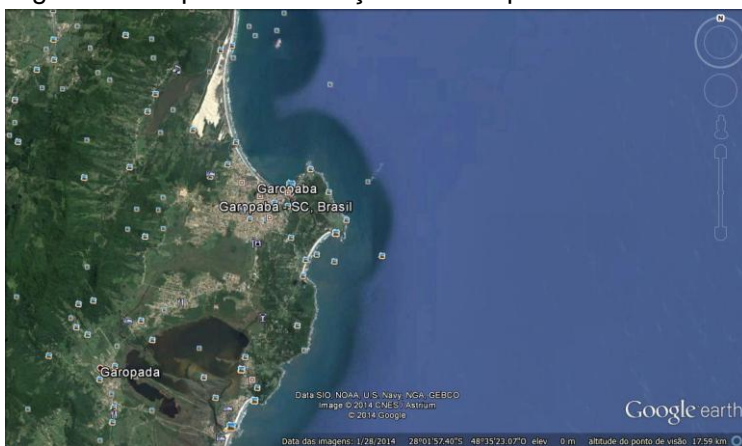
Fonte: Dias, 2010.

Os referidos parques se estendem pelos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, em Santa Catarina, e Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul. Abrangem ecossistemas do domínio da Mata Atlântica, incluindo Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana, Floresta Nebular, Campos Secos, Campos Turfosos, Campos Rupestres e Vegetação Rupícola. Reúnem impressionantes cânions, como Itaimbézinho, Malacara, Fortaleza e Molha Coco (DIAS, 2010).

### 4.3.2 Município de Garopaba

O município em questão, encontra-se localizado a 90 km da capital Florianópolis, estando localizado as latitudes de 48° 35' 56" e longitude de 27° 56' 40", possuindo uma extensão territorial de 108,1 km<sup>2</sup>, possui destaque devido suas belezas naturais principalmente suas praias, desta forma a principal atividade econômica é o turismo bem como turismo religioso, construção civil, pesca artesanal destacando-a pesca da tainha e anchova além dos serviços públicos e indústria de confecção (GAROPABA, 2014).

Figura 3 – Mapa de localização de Garopaba.



Fonte: Google Earth, 2014

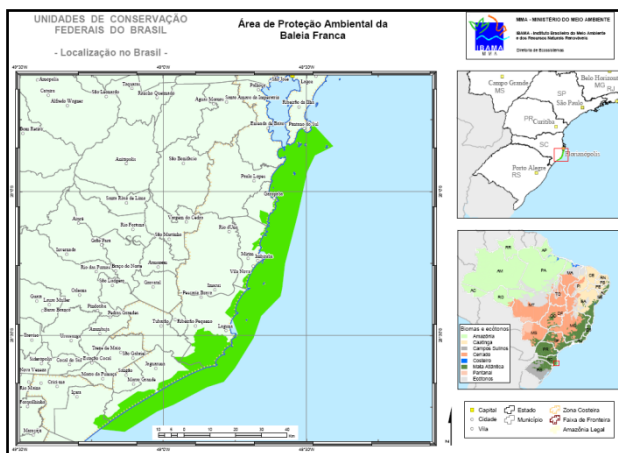
O território da APA da Baleia Franca, a é uma unidade de conservação de uso sustentável que foi criada através do Decreto Federal n 3.254/00 do dia 14 de setembro de 2000, que de acordo com o art. 1 institui que na região costeira de Santa Catarina, fica criada Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com o intuito de



proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenando e garantindo o uso racional dos recursos naturais da região, ordenando a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenando também o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves (IBAMA, 2003).

A APA Baleia Franca esta compreende uma área com proximidade de 156.000 ha de extensão e estende-se da Ponta Sul da Praia da Lagoinha do Leste, na Ilha de Santa Catarina, até o município de Balneário Rincão, abrangendo cerca de 130 Km e 10 municípios da costa catarinense (IBAMA, 2003).

Figura 4 – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca



Fonte: ICMBIO, 2012.

#### 4.4 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra é uma parcela representativa convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, é um subconjunto do universo (MARCONI;

LAKATOS, 2001).

Na pesquisa proposta ficou estabelecido entrevistar todas as famílias que se enquadram no perfil da pesquisa e que por sua vez residem nos municípios onde foi proposto realizar o estudo.

Para a realização da pesquisa contou com o auxílio das lideranças locais dos municípios de Praia Grande e também Garopaba, que selecionaram as famílias que se enquadravam no perfil da pesquisa e que assim pudessem representar a realidade da agricultura familiar local. Sendo assim as lideranças locais possuíram papel relevante, pois foram peças-chaves, para que fosse selecionada as famílias de modo mais eficiente possível.

No município de Praia Grande o representante da associação de agricultores selecionou oito famílias que possuíam características que pudessem representar o perfil da agricultura familiar na cidade.

Neste município em questão foram entrevistadas apenas cinco famílias, pois as outras três pertenciam ao município de Mampituba e este por sua vez não abrangia a área de estudo da pesquisa.

No município de Garopaba o representante da Epagri selecionou cerca de sete famílias que se enquadravam dentro do perfil e representavam a agricultura familiar e agroecológica da comunidade, cabe ressaltar que duas destas famílias pertenciam ao município de Paulo Lopes que por sua vez não abrange a área de pesquisa.

Desta forma também foi entrevistado cinco famílias com perfil de agricultura familiar e agroecologia que exerciam esta atividade.

No capítulo que segue será apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada no município de Praia Grande e no município de Garopaba respectivamente, ambos os municípios estão inseridos no estado de Santa Catarina. A referida pesquisa foi realizada através de instrumentos aprovados pela Plataforma Brasil.

No primeiro momento deste capítulo será realizada a análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas realizadas em campo nas respectivas cidades, logo após será realizado o estudo comparativo acerca dos municípios em que foi realizado o trabalho, contemplando deste modo o que esta descrita nos objetivos do trabalho.

### 5.1 A PRODUÇÃO AGROECOLOGICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

O município de Praia Grande destaca-se economicamente pela agricultura, principalmente a agricultura familiar e suas atividades ligadas a agroecologia, sendo o setor primário a principal fonte de renda do município.

Devido às belezas naturais existentes na região como os cânions, a população local viu uma oportunidade de expandir sua fonte de renda e negócios, explorando as belezas da região.

Deste modo, o setor terciário atualmente vem ganhando destaque no município e a atividade do turismo vem cotidianamente ganhando mais iniciativas e em consequência um maior destaque.

Em relação à pesquisa realizada no município de Praia Grande, foi entrevistas cinco famílias, conforme descrito na metodologia estas famílias foram pré-selecionados pelos membros da associação de agricultores local. Outro ponto a ser destacado é que no TLC ficou estabelecido que não fossem citados os nomes das

famílias entrevistadas. Desta forma, apenas mencionaremos as famílias com relação à ordem de entrevista Família 1, 2, 3, 4 e 5 respectivamente, para deste modo garantir a confiabilidade do que acordado no TLC.

Em relação às entrevistas realizadas no município, na população amostral três famílias são representadas por pessoas do sexo masculino. Sendo apenas duas famílias representadas pelo sexo feminino e, além disto, os maridos estão envolvidos diretamente nas atividades.

Nestas entrevistas os homens mostram-se como os propulsores das atividades e as mulheres são as auxiliares no trabalho que exercessem. Porém, a população referente ao sexo feminino possui atividades de destaque no município.

No caso da Família 1 apesar de o marido estar a frente da atividade relacionada a agricultura orgânica a esposa esta a frente do restaurante e da fabricação de produtos colônias.

Na Família 4 o marido é quem trabalha nas atividades de campo por sua vez a esposa esta a frente da associação local, atuando diretamente nesta instituição, organizando reuniões e trabalhando ativamente no desenvolvimento das atividades relacionadas a agricultura familiar e produção agroecológica.

As mulheres que estão diretamente envolvidas nas atividades de agroecologia, agricultura familiar e ecoturismo possuem destaque em seus trabalhos, pois são propulsoras de associações e empreendimentos que incentivam estas atividades tornando o município com maior potencial econômico.

A faixa etária da população amostral gira em torno de 40-50 anos e todos por sua vez, possuem um grau de escolaridade ensino médio incompleto.

A amostra destacou que o fato de não terem terminado os estudos ocorreu por precisarem trabalhar na lavoura da família. Enfatizaram que antigamente não havia

tanta facilidade de estudar como atualmente. Os agricultores hoje em dia sentem a falta de não terem concluídos seus estudos e deste modo incentivam seus filhos a seguirem o caminho da educação.

Todos os entrevistados são casados e seus respectivos cônjuges participam das atividades de agricultura de maneira direta na lavoura ou indireta auxiliando nas vendas dos produtos.

Em relação aos filhos todos os entrevistados possuíam filhos. Sendo uma relação de 1 ou 2 filhos, as respostas referentes a questão se gostaria que os filhos exercessem a mesma profissão dividiu-se.

Apenas duas famílias possuem seus filhos trabalhando na atividade agroecológica e ecoturismo diretamente. E apenas uma família possui a filha trabalhando indiretamente na atividade, os outros entrevistados não possuem filhos atuando nesta área.

A Família 1 possui dois filhos, ambos trabalham nas atividade da família que é o ecoturismo e lavoura orgânica, porém cabe destacar que tanto o filho quanto a filha possuem um cursos técnicos em turismo e agrícola respectivamente.

A entrevistada revelou que viu a importância de seus filhos estudarem e por mais que eles queiram seguir esta carreira na área de agricultura familiar, eles necessitam de conhecimento e curso superior conclui a matriarca da família. Tendo em vista a falta de estudos dela e de seu respectivo marido que por sua vez dificulta muitas vezes a abertura de caminhos e de trabalho.

A Família 3 possui seu filho mais velho neste ramo de atividade e este não possui formação técnica. Conforme relatado seguiu os passos do pai e exerce suas funções no campo atuando de forma direta nas atividades da agricultura familiar. A filha casou-se e exerce a profissão de dona de casa não atuando em outro ramo de atividade.

A Família 4 possui uma única filha que esta cursando doutorado, seu trabalho de conclusão de curso esta sendo

desenvolvido na agricultura familiar e nas propriedades da família. A mãe foi uma grande incentivadora, pois esta está à frente das políticas públicas que melhoram qualitativamente a vida dos agricultores na associação de agricultores locais.

A Família 2 possui 2 filhos e nenhum exerce as atividades ligadas a agricultura familiar, pois são mulheres uma é arquiteta e outra trabalha em uma agência de viagens na cidade de Porto Alegre, e não possuem interesse em voltar as origens.

A Família 5 possui apenas um filho de 4 anos e mostrou-se ainda alheia as questões do seu filho e também a relação ao futuro do mesmo, não responde esta questão.

Avaliando as respostas dos entrevistados mesmo que os filhos exerçam as atividades ligadas à agricultura familiar os filhos possuem estudos quer seja o ensino médio ou nível técnico e não ficam apenas retidos nestas atividades.

Aqui se observa a importância de aperfeiçoar os conhecimentos para obter uma otimização das atividades e tratá-las com maior grau de importância e representatividade, agregando valor no trabalho exercido.

Os pais de um modo geral demonstraram ter vontade de que os filhos sigam o mesmo caminho. Mas como um dos entrevistados relatou não se pode interferir na escolha dos filhos, e apesar das dificuldades em exercer este trabalho, este ainda é muito gratificante e dá muitas alegrias.

Todos os entrevistados são naturais de Praia Grande. Apenas um dos entrevistados saiu da cidade, mas cabe aqui destacar que este voltou, pois observou na cidade um grande potencial para exercer a atividade de turismo. O entrevistado em questão é um dos pioneiros no turismo ecológico que atualmente é sua principal fonte de renda e segundo ele as atividades estão tendo um resultado bastante positivo economicamente.

Além disto, foi unânime entre todas as famílias

entrevistadas que todos gostam de morar na cidade. E de acordo com os entrevistados, o que mais identificam eles com o ambiente em que vivem é calma, tranquilidade, o clima agradável, a paisagem e ao mesmo tempo em que esta perto no mar esta também perto da serra e, além disso, a tranquilidade de criar os filhos conforme destacou a família 5.

O sentimento de pertencer ao lugar, o desejo de tornar o ambiente em que vivem o melhor possível, a apropriação que se faz com o espaço mostra-se expresso nas respostas dadas pelos entrevistados, este sentimento faz com que o povo tende a recuperar sua história e sua raiz e tornar o ambiente o mais próximo possível da cultura perdida.

Em relação às atividades econômicas que os agricultores desenvolvem na cidade destaca-se a produção de: banana, milho, feijão e frutas como: açaí, pitaia, maracujá em geral, além do restaurante com produtos agroecológicos.

O produto de destaque na agricultura é a banana, que possui um amplo potencial de mercado. Por este motivo, a banana é também o produto mais produzido, cabe destacar que o produto em questão possui uma boa qualidade sendo muitas vezes superior a de outros locais. Esta qualidade inerente do produto é resultado das políticas de trabalho adotadas pela associação local que forneceu junto com a instituição de apoio rural suporte técnico a este ramo de atividade.

Em relação ao tempo que estão na atividade a Família 2 e 3 estão neste ramo da atividade a vida toda, ou seja, desde a sua infância. A Família 4 a quase 20 anos. A Família 1 a exatamente 10 anos e por fim a Família 5 a quase 3 anos.

Os agricultores que não exercem suas atividades desde a infância relataram ao entrevistador como começaram neste ramo de atividade.

De um modo geral avaliando o que os entrevistados

relataram observou-se que os fez ingressar neste ramo de atividade foi exatamente a realidade local, a economia do município que esta baseada na agricultura e também na facilidade de obter-se acesso a terra.

A Família 4 ingressou neste ramo de atividade por causa do patriarca da família, que herdou terras do pai. Com a finalidade de não deixar as terras sem produzir resolveram iniciar neste ramo de atividade.

A Família 1 viu no ecoturismo e na agricultura orgânica um meio de voltar a cidade natal, uma vez que estes residiam em Caxias do Sul uma cidade pólo industrial. A cidade de Praia Grande possui poucas indústrias e em conseqüências poucas opções de emprego, a entrevistada viu nas terras localizada no Bairro de Vila Rosa uma opção de trabalho e rendimento de suas terras.

O início deu-se com um café colonial em sua própria casa, logo após para aproveitar ainda mais as terras iniciou uma plantação de frutas nativas e em sequência veio à produção de produtos colônias feita com matérias primas colhidas das suas hortas. Atualmente a Família 1 possui um restaurante, pousada, lavoura com produtos orgânicos e produção de produtos colônias dos mais diversos possíveis, expandindo assim seus negócios.

A entrevista realizada com a Família 5 que é dono de um material de construção e outros empreendimentos no ramo da construção civil, relatou que cresceu no ambiente rural, porém as atividades deste ramo iniciaram-se devido aos problemas financeiros das irmãs e como herdou terras do pai iniciou o cultivo de banana e maracujá todos orgânicos.

No município em questão apenas a Família 1 vive unicamente das atividades ligadas ao ecoturismo e agricultura a familiar, os outros entrevistados possuem outras atividades, até mesmo os que sempre viveram deste ramo de atividade. As atividades são: Família 2 guarda noturno, Família 3 abriu um serviço de mecânica e solda,



Família 4 possui outros negócios que não foi relato na entrevista e Família 5 diversos empreendimentos no ramo da construção civil.

Devido à falta de incentivo, a dificuldade de mercado, o alto custo de produção, a falta de mão de obra uma vez que os filhos saíram da lavoura para tentar outros ramos de atividades, dificultou o trabalho dos agricultores diminuindo a renda, também foram frisadas as condições climáticas, que no município em questão fazem muita diferença para a produção agroecológica.

Em relação ao saber tradicional ficou evidente que toda amostra utiliza técnicas e até mesmo receitas dos seus antepassados, sendo a sabedoria tradicional muito enfatizada nas conversas.

Nos relatos das conversas os entrevistados mostraram-se bastante conhecedores das atividades desenvolvidas por seus descendentes e destacaram que vêm seguindo estes ensinamentos, seja através de receitas utilizadas na produção de produtos colônias e até as técnicas empregadas no campo.

No decorrer das entrevistas foi abordado que entre os entrevistados principalmente os que exercem trabalhos ligados ao ecoturismo, há uma vontade de cada vez mais ir resgatando a cultura local e até o modo de viver dos seus antepassados.

As respostas referentes a estas questões mostram-se bastantes alinhadas e dentro um nível bem semelhante de raciocínio.

Segundos as resposta de um dos entrevistados a agricultura ecológica é próprio saber tradicional, quem vem desde a revolução verde, segundo ele tudo vem dos nossos ancestrais, tudo é conhecimento que vem sendo transmitidos através de gerações. Nossos antepassados não usam agrotóxicos, isso é coisa nossa de agora enfatizou o entrevistado.

Conforme ainda em conversa foi destacado que antigamente tudo era produzido do modo mais natural

possível, e conforme avaliado pela entrevistada, hoje estamos voltando, ou seja, estamos resgatando a nossa cultura. Além disto, foi relatado que tudo é saber tradicional, principalmente as receitas de produtos caseiros vendidas no restaurante de produtos coloniais.

Voltar às origens, resgatar o que vem se perdendo com o tempo é um dos objetivos dos agricultores e produtos agroecológicas, pois eles veem que este é um modo positivo de viver e, além disto, estes são nativos e estão percebendo que se não for resgatado estes fatos a cultura ira se perder.

A população também revelou em entrevista que estão resgatando sua cultura cotidianamente e com o incentivo das redes e associações o saber tradicional esta se fazendo cada vez mais presente no cotidiano das famílias.

Resgatar o saber tradicional e as origens é uma forma de executar as políticas de DTS, conhecer o ambiente e cultura do povo local é de suma importância para elaborar diretrizes para esta forma de desenvolvimento hoje tão buscada. Atualmente existem inúmeros incentivos, desde cursos de formação técnicos e até incentivo financeiro para resgatar estas identidades que como vemos estão se perdendo com o tempo.

Em relação a valores referentes aos produtos e serviços produzidos pelos agricultores foi questionado se estes tinham alguma ideia de valores, ou seja, quantos eles investem e quantos de retorno eles tem nas suas atividades.

As respostas foram bastante diversificadas deste modo observou-se pelas respostas que os agricultores não possuem base econômica em relação ao preço e venda dos seus produtos, apenas uma família a família 5 tem ideia de custos e lucros.

Avaliando pelas respostas percebe-se a falta de um trabalho a gestão de custos referentes aos produtos produzidos, com finalidade de aperfeiçoar os trabalhos e

ganhos dos agricultores. Em se tratando de fomentar políticas públicas e diretrizes de trabalho a respeito desta realidade observam-se a necessidade de trabalhar a questão financeira com os produtores. Muitas vezes não terem esta gestão de custos acabam não administrando de forma otimizada seus recursos financeiros e com isso acaba representando que as atividades não geram o lucro positivo e significativo.

Em relação às dificuldades em exercer esta atividade apenas uma família que foi a família 1 disse que não vê dificuldade alguma, pois quando a gente gosta do que faz os caminhos vão se abrindo.

As demais famílias enfatizaram que vem bastante dificuldade os pontos destacados foram:

- i. O clima é fator que muito interfere na produção;
- ii. A prefeitura não incentiva não dá o apoio necessário;
- iii. Falta de mão de obra;
- iv. Mercado difícil precisa ocorrer à abertura de novos mercados;
- v. Falta de incentivos e políticas públicas.

Os fatores limitantes destacados pelos entrevistados são bastante importantes uma vez que, estes fatores freiam o processo de desenvolvimento da agricultura e familiar e com isso a implantação de políticas de DTS.

Atualmente no município conforme destacado em entrevista existe uma escassez de mão de obra para o trabalho no campo, as pessoas estão migrando para outras atividades e também outras cidades com intuito de buscarem melhores condições de trabalho.

O clima é fator muito pertinente devido às condições climáticas da região isso acaba gerando um ponto de dificuldade, na produção agroecológica.

Em relação as unidade de conservação e os processos de gestão pública existentes nestas áreas, foi questionado se os entrevistados por residirem e exercerem

suas atividades em áreas de amortecimento do Parque Nacional dos Aparados da Serra obtinha conhecimentos a respeito destas questões.

Os entrevistados destacaram que conhecem superficialmente as regulamentações e as diretrizes referentes às unidades de conservação e disseram que não se envolvem nas questões do Parque Nacional Aparados da Serra, pois não estão inseridos dentro do parque e sim em sua zona de amortecimento, que por sua vez não interferem tão diretamente em suas atividades.

Apesar destas questões nota-se que há pouco engajamento nas questões referentes ao meio ambiente natural e sua proteção coletiva por parte dos entrevistados, por estarem em um ambiente que necessita de políticas de conservação e preservação, estes se mostram ainda alheios a estas questões.

Porém, foi visto que das cinco famílias entrevistadas quatro fazem parte e participam ativamente de uma associação de agricultores agroecológicos municipal.

Em relação à referida associação é um órgão que gera apoio aos agricultores agroecológicos, e atua no município de Praia Grande e Mampituba localizada no estado do Rio Grande do Sul, a associação possui um papel de grande importância e relevância, pois, atua como uma defensora e propulsora do DTS local, incentivando a produção agroecológica e o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, embora atualmente venha sofrendo alguns impactos gerados pela falta de incentivo público.

Os agricultores veem nesta associação a chance de desenvolver suas atividades e trabalho e assim ampliar os mercados que vendem seus produtos. Além de interagir com também produtores agroecológicos de diversos locais ampliando a troca de experiências e podendo deste modo trocar informações a cerca das dificuldades e também conquistas resultantes do trabalho que desenvolvem.

Foi verificado que no município em questão a

prefeitura e demais órgãos públicos, não auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas e comunidade principalmente de produtores não se sente valorizada e apoiada.

Alguns destes produtores destacaram que a prefeitura do município vizinho no caso Mampituba ajudava muito mais que a prefeitura municipal, também destacou que a parte técnica esta bastante defasada e eles veem bastante dificuldade devido à falta de conhecimento técnico que estes possuem, uma vez que associação local conta com o apoio de apenas um técnico e estes por sua vez enfatiza mais suas atividades na área de produção de bananas, deixando as outras atividades sem o suporte que precisam.

As associações e organização desempenham um papel importante devido ao serviço que prestam, com vistas no desenvolvimento da agricultura ecológica, tão relevante para a sustentabilidade da agricultura familiar, nas dimensões econômica, social e ambiental.

Foi visto que é necessário fomentar políticas públicas que visem o desenvolvimento e o incentivo a ampliação das atividades de agroecologia, agricultura familiar e também do ecoturismo com vista na gastronomia, uma vez que há interesse por parte dos atores sociais em ampliar este mercado de trabalho.

Abaixo observa-se as fotos do restaurante que enfatiza o uso e venda dos produtos coloniais.

Figura 5 – Restaurante de produtos coloniais



Fonte: Souza, 2014.

## 5.2 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GAROPABA.

Garopaba é uma cidade litorânea localizada no sul do estado de Santa Catarina, sendo deste modo sua principal atividade econômica o turismo, possuidora de uma beleza natural exuberante, resultante de suas praias muito bem conservadas ambientalmente.

Por estar, inserida dentro dos limites de uma área de preservação ambiental as atividades econômicas ficam retidas as atividades como descrito a acima turismo, pesca, agricultura familiar e atualmente as atividades do ramo imobiliário, tendo como aspecto negativo a especulação imobiliária.

Nas entrevistas realizadas no município em questão ficou estabelecido que conforme especificado no TLC não

seria mencionado os nomes das famílias entrevistadas, para garantir desta forma a preservação da identidade dos mesmos. Sendo assim foi nomeado como família 1, 2, 3, 4 e 5 respectivamente conforme a sequência que ocorreram as entrevistas.

De acordo com os resultados obtidos nos questionários aplicados, o universo amostral em sua maioria foi composto por pessoas do sexo masculino, sendo os homens quem se apresentam a frente das atividades ligadas à agricultura familiar e também a agroecologia. Apenas uma família entrevistada tinha a frente das atividades ligadas à produção agroecológica uma pessoa do sexo feminino.

Na família 1 a esposa do entrevistado através dos produtos que ele planta (frutas) produz geleias, polpas para produção de sucos, além de pães caseiros que são comercializados para prefeitura municipal através do programa de incentivo a agricultura familiar do governo federal. Neste ponto, percebemos como foi importante a criação da lei 11.428/2006 que incentiva a agricultura familiar, bem como ou programas como PRONAF e também o MDA que acabam ampliando os mercados de venda destes produtos de origem orgânica e produzidos pela agricultura familiar.

Outro ponto de destaque nas entrevistas foi perceber que os cônjuges incentivam as atividades dos seus respectivos maridos e por mais que não atuem de modo direto nas atividades atuam de modo indireto auxiliando nas vendas destes produtos e também procurando aperfeiçoar o que podem produzir como o que se planta.

Na família 5 a pessoa que está à frente das atividades é do sexo feminino, em conversa com a entrevistada foi relatada que ela produz bolachas, geleias de frutas, pães. A matéria prima para confecção destes produtos é oriundo da agricultura familiar, todos os produtos são caseiros e também produzidos artesanalmente. Segundo o relato da entrevistada ela se

mostra confiante e sabe que os mercados para seus produtos irão se expandir, uma vez que esta entrevistada possui grande força atuante nas atividades da agricultura familiar e também é uma das fundadoras de uma cooperativa de produtos colônias no município em questão.

Em relação à idade dos entrevistados cabe destacar na pesquisa que agricultor mais velho possui 92 anos de idade, este por sua vez ainda é atuante nas atividades da agricultura familiar destacando-se a produção de cachaça, melado e também farinha de mandioca. Foi visto no decorrer da entrevista que a idade não impede o agricultor de atuar a frente das atividades ligadas à produção agroecológica.

Um fator muito interessante que merece destaque é o tempo que este entrevistado exerce este ramo de atividade, ele as realiza desde o tempo do seu bisavô, sendo assim calcula-se que a atividade na região existe a mais de 150 anos.

Diante destas condições demonstra-se que neste local existe o típico saber tradicional, em todas as suas formas e conceitos aplicados. Avaliar e ver o cotidiano de alguém que segue as origens dos seus bisavôs é enriquecedor, pois se percebe no visual e no aplicável como o conceito discorre.

Em relação ao nível de escolaridade, as famílias entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto e foi observado no decorrer da conversa que estes sentem a necessidade de terem continuado os estudos, vendo a hoje as dificuldades em relação à falta de conhecimento técnico.

Em relação aos filhos, a família 1 possui apenas uma filha cuja a idade é de 2 anos, família 2 possui 3 filhos, a família 3 possui 3 filhos, família 4 possui 5 filhos e a quinta entrevistada não possui filhos.

Da parte da população amostral que possui filhos destacaram que apenas os filhos da família 2 e 3 participam de algum atividade ligada a agroecologia, porém os filhos possuem outras atividades e somente ajudam



seus pais.

Na família 2 o filho do agricultor o auxilia diretamente desde da agricultura que se destaca a plantação de cana e mandioca até na confecção de produtos oriundos destas matérias primas. O filho do entrevistado exerce outra atividade como fonte de renda principal.

Na família 3 um dos filhos do agricultor o auxilia em todas as atividades da lavoura e por ser menor de idade é estudante. Os outros filhos destas duas famílias entrevistadas estudam e não seguem esta linha de trabalho e conforme relatados em entrevista estes não possuem interesse neste momento em exercer estas atividades.

No caso da família 1 a filha tem apenas 2 anos porém, ele relatou que ficaria muito feliz se ela seguisse este caminho. O entrevistado disse ter muita vontade de resgatar a cultura dos seus familiares e gostaria muito que sua filha estudasse e de alguma forma exercesse este trabalho.

Por sua vez na família 4 nenhum dos filhos exercem a atividade ligada a agricultura familiar, todos estudam ou estudaram e trabalham em outras atividades de ramos diversos, o entrevistado relatou que gostaria que caso os negócios deem certo algum dos filhos o auxiliasse nas atividades, porém no momento é inviável.

Todos os entrevistados são naturais de Garopaba, ou seja, são garopabenses e relataram em entrevista que adoram morar na cidade, grande parte dos entrevistados destacou que não se imagina morando em outro local, gostam da tranquilidade e paz que a cidade oferece, além disto, relatam a beleza do lugar e ressaltam o fato de todos os familiares ali morarem e terem no local raízes muito fortes.

Avaliando o que os entrevistados falaram fica notório ver o sentimento de pertença, ou seja, o de pertencer ao local de vivenciar o cotidiano da apropriação local que os moradores fazem a respeito do ambiente em que vivem.

Analizando este tipo de sentimento, fica nítido correlacionar com as questões de DST que tem como um dos princípios de base a apropriação do local.

Porém esta paz e tranquilidade são visíveis e muito perceptíveis no período de inverno, os nativos no decorrer da entrevista disseram sofrer de maneira bastante negativa no verão, ou seja, na alta temporada, devido ao intenso turismo.

Os nativos destacaram que os preços dos alimentos e demais serviços como farmácias, lojas de roupas, matérias de construção entre outros sobe de maneira exorbitante, e isso acaba afetando negativamente no padrão de vida da população nativa que tem que se igualar aos turistas.

Um dos entrevistados relatou a respeito da especulação imobiliária que também afeta os nativos, os preços dos lotes e casas possuem preços inviáveis, e a maioria da população não têm condições de atender a estes preços.

Outro ponto é o trânsito que na alta temporada torna a cidade um verdadeira “caos” conforme relatou um dos entrevistados. E ainda para finalizar os pontos negativos que a população sofre na época da alta temporada, é questão dos resíduos gerados pelos turistas, bem como a questão de saneamento básico que em época de pico não atende as necessidades de toda a população.

Sendo assim pode-se observar que ao mesmo tempo em que as famílias adoram, conforme relataram os entrevistados, morar na cidade, sofrem de maneira negativa no período de maior geração de renda.

A hiperurbanização das cidades turísticas em épocas de picos configura um sério problema cunho social e ambiental. E conforme expressa na legislação federal brasileira cabe ao poder público o dever de defender e preservar o meio ambiente, deste modo deve partir do poder público elaborar políticas e diretrizes que sanem as mazelas população civil para que esta não seja lesada

negativamente.

Neste impasse de discutir e elaborar políticas públicas os atores sociais envolvidos devem unir-se e atuarem junto ao poder público, para que as políticas e as diretrizes a serem desenvolvidas e aplicadas atendam a necessidade da coletividade. Mas deve-se levar em consideração que não se pode barrar ou frear as atividades turísticas do local, pois esta é maior fonte de renda do município. Deste modo devem-se criar mecanismos de políticas que desenvolvam o turismo com base sustentável.

A respeito das atividades socioeconômicas que as famílias desenvolvem todas giram entorno da agricultura familiar, agricultura orgânica e também na produção de produtos colônias. Conforme relatado nas entrevistadas todos os entrevistados trabalham unicamente neste ramo de atividade.

Em relação ao tempo que exercem as atividade, apenas a família 2 sempre exerceu esta atividade, sendo o trabalho herança do bisavô, e conforme já descrito o entrevistado aos 92 anos ainda exerce este ramo de atividade.

Os entrevistados das famílias 3,4 e 5 respectivamente estão na atividade a cerca de dez a cinco anos. Ingressaram neste ramo, pois, perceberam nestas atividades um bom potencial de mercado, e um crescimento econômico abrangente, uma vez que no município em questão as atividades econômicas são bastante restritas, por estarem situadas em uma área de proteção ambiental de uso sustentável.

Além disto, os entrevistados destacaram as questões de incentivos por parte do governo federal, para que as famílias de agricultores continuem neste ramo de atividade, segundo os entrevistados estes incentivos permitem ao agricultor ampliar seus negócios, através de créditos cedidos pelo governo.

A família 1 ingressou neste ramo de atividade, pois o entrevistado herdou as terras do seu pai. A partir deste

momento começou a analisar sua antiga profissão, que era de caminhoneiro, e viu poucas expectativas de crescimento neste ramo de trabalho. Então passou a estudar as oportunidades existentes em Garopaba, e observou que nas atividades da lavoura em principal na agricultura orgânica um excelente potencial de mercado, e passou a notar que as terras herdadas de seu pai, poderiam gerar renda e serem bastante lucrativas e valorizadas. E foi o que aconteceu, o entrevistado investe cada vez mais em qualidade dos seus produtos e também nos melhores meios de cultivar seus produtos.

Os entrevistados atualmente trabalham unicamente com agricultura orgânica e familiar, todos os entrevistados deixaram suas respectivas atividades, e atualmente dedicam-se exclusivamente as atividades agrícolas. Estes relataram que precisam investir no que acreditam e cuidar do trabalho.

Em relação aos saberes tradicionais ficou evidente que as atividades são desenvolvidas todas em função do conhecimento herdado dos seus antepassados.

Em conversa com os entrevistados o saber tradicional mostra-se presente em todas as atividades desenvolvidas. As atividades exercidas pelos entrevistados, são baseadas em ensinamentos que passam de pai para filho, pode-se ver este tipo de ensinamento na produção de farinha de mandioca que se mostra presente a mais de 150 anos na vida de umas das famílias entrevistadas.

A família 1 também foi destacou que a produção de farinha é maior herança que seu avô e pai poderiam ter lhe deixado. Estas atividades estão na veia no sangue conforme o entrevistado relata. Este também revelou que está muito triste, pois, com o tempo (não soube falar quantos anos) havia trinta e sete engenhos de farinha de mandioca, todos mostravam o típico saber tradicional. Atualmente existente somente dois, o entrevistado disse ficar muito decepcionado com a perda das raízes e

também salientou que se sente muito feliz, pois, o seu engenho faz parte da rota cultural do estado de Santa Catarina.

Também foi relatado em entrevista que todas as receitas de produtos caseiros e colônias são fabricadas através de receitas originárias da avó e bisavó da entrevistada. Ela disse que muitas vezes as receitas são modificadas, mas seguem pelo menos o modo de produção.

Neste município são perceptíveis os traços fortes e marcantes, de uma população tipicamente tradicional. O modo de viver dos entrevistados, a ligação que eles possuem com o espaço em que vivem mostra-se a evidência do sentimento de pertença. Nesta região há uma herança cultural muito explícita que estão presentes, nas comidas, modo de vida e até nas casas com traços da cultura açoriana.

Esta ligação bastante direta com o ambiente em que vivem, e o estrito laço com a cultura oriunda dos antepassados, bem como usufruir diretamente dos recursos vindo da terra, mostra-se os traços de uma população tradicional, deste modo deve ser fomentado e implantado políticas que visem o resgate desta cultura para que não seja perdida.

Em relação às questões financeiras, os entrevistados mostraram-se bastante entusiasmados. Eles acreditam que o mercado de produtos orgânicos está se expandindo e crescendo consideravelmente. Com o incentivo vindo do governo federal as atividades tendem a melhorar consideravelmente.

Em relação aos custos a família 1 relatou que possui sim controles. O entrevistado enfatizou que hoje em dia é obrigatório possuir estes controles financeiros, pois o agricultor não pode trabalhar no prejuízo, tendo este controle pode-se sanar as problemas que geram uma maior dificuldade financeira.

A família 2 não soube informar, uma vez que não

vive mais deste tipo de atividade. As atividades não visam mais lucro. Atualmente produz por se gostar do que se faz relata o entrevistado. Cabe aqui enfatizar que o entrevistado é aposentado, mas até o momento viveu e criou seus filhos com a renda das suas atividades agrícolas.

Os outros entrevistados não souberam informar esta pergunta, relataram que estão investindo nas atividades. Estes acreditam que lucro vira com certeza, mas no momento esta mais em evidência o investimento, na lavoura de banana e também na produção de outros produtos orgânicos.

Pode-se concluir com base no universo não existe apenas um serviço que se destaca em relação à venda. De acordo com as entrevistas realizadas todos os produtos produzidos pelos agricultores agroecológicos possuem boa saída, ou seja, tudo que é produzido possui potencial de mercado, a venda se destaca para todos os produtos produzidos. Estes são comercializados nas feiras livres, fornecidos para prefeitura municipal, casas de produtos naturais e supermercados locais, deste modo observa-se um bom público para os produtos produzidos uma vez que no período de verão as vendas podem até triplicar, conforme informado pelos entrevistados.

Além disso, foi relatado que os agricultores contam com o auxílio da rede Eco Vida que auxilia os agricultores na venda direta dos seus produtos. A rede em questão é uma articuladora e tem atuado positivamente frente à agricultura familiar, além disto, uma das famílias entrevistadas caracteriza-se por ser certificada e isso acaba fazendo uma grande diferença em questões de mercado, pois esta certificação amplia positivamente a abertura de novos mercados.

Em relação às dificuldades os agricultores relataram que existem sim muitas dificuldades: a falta de incentivo por parte de alguns setores públicos no caso a prefeitura, mão de obra para auxiliar nas atividades, como alguns

produtores não possuem selos nem são certificado ocorro uma diminuição de mercado gerando deste modo um aspecto negativo e afetando na geração de renda dos agricultores. Também vale salientar que existe um custo em manter a certificação das propriedades o que acaba dificultando pela falta de recursos por parte dos agricultores.

Em relação ao processo de gestão pública em unidades de conservação todos os entrevistados disseram não participar das atividades da APA, e também disseram que conhecem superficialmente os processos de gestão em relação às unidades de conservação, por não estarem diretamente dentro da APA suas atividades, mas acabe aqui avaliar que as áreas em questão estão na área de interface de uma unidade de conservação de uso sustentável, deste modo os atores sociais devem estar mais engajados nos processos de preservação dos seus territórios, pois em se tratando de DTS o meio ambiente natural deve estar protegido e conservado.

Porém todos os entrevistados fazem parte de alguma associação ou da Rede Ecovida ou da associação dos quilombolas que auxiliam os agricultores de alguma forma, seja direta ou indiretamente.

Apesar da população amostral não estar diretamente ligadas nas atividades referentes às UC local os produtores mostram-se bastante interessados nas questões ambientais, procuram trabalhar sempre a frente da agricultura orgânica e agroecologica preservando o meio ambiente.

A cidade em questão conta com apoio técnico bastante efetivo, o que facilita o suporte para que se realizem as atividades, mas seguramente possível, uma vez que população amostral não possui conhecimento científico e apenas empírico e que foi passado pelos seus descendentes.

Após concluir o resultado e discussões a respeito dos questionários obtidos na pesquisa, o próximo ponto do

capítulo é realizar um estudo de base comparativa em ambos os municípios para que deste modo possa contemplar o que foi estabelecido nos objetivos.

Abaixo segue algumas imagens referentes ao trabalho dos agricultores do município de Garopaba.

Figura 6 – Horta Orgânica



Fonte: Souza, 2014



Figura 7 - Engenho de Farinha de Mandioca.



Fonte: Souza, 2014

### 5.3 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PRAIA GRANDE E GAROPABA

Com a finalidade de realizar um estudo comparativo entre as experiências de DTS existentes em duas regiões distintas no estado de Santa Catarina, e desta forma identificar potencialidades e fragilidades nos processos destas experiências. No presente item estão discorridas as principais constatações obtidas nesta pesquisa.

De acordo com o proposto no trabalho de comparar os dois municípios em questão pode-se destacar no estudo comparativo que:

- i. Ambos os municípios estão inseridos em locais que possuem como característica

UC's. O município de Praia Grande está inserido na zona de amortecimento do Parque Nacional Aparados da Serra uma UC de proteção integral. Já o município de Garopaba está localizado em uma interface de uma UC de uso sustentável que é APA da Baleia Franca.

- ii. Os municípios em questão, por estarem inseridos em um ambiente que possui cuidados e legislações especiais possuem suas atividades econômicas restringidas. Por estarem em um ambiente com um maior potencial de fragilidade, é mais difícil obter licença ambiental por parte dos órgãos ambientais para a abertura de novos empreendimentos. Gerando deste modo um ponto bastante semelhante.
- iii. Os dois municípios possuem traços bastante marcantes quando falamos em atividades econômicas, porém Praia Grande destaca-se pela atividade agrícola sendo sua principal fonte de renda a agricultura, já Garopaba possui o turismo com o seu maior PIB. Aqui observa-se duas realidade econômicas semelhantes em um ponto e diferente em outro momento, quando observado as atividades econômicas.
- iv. Em relação ao modo de trabalho conforme as entrevistas realizadas, observou-se que, no município de Garopaba os agricultores atuam exclusivamente nas atividades ligados agricultura não exercendo outra atividade, já em Praia Grande os agricultores estão buscando novas fontes

de renda para completar o orçamento.

Aqui pode-se notar que no município litorâneo a um maior escoamento e venda de produto podendo o agricultor viver com uma única fonte de renda.

- v. Os entrevistados de Praia Grande apesar do incentivo por parte da associação mostram-se mais desanimados com este ramo de atividade econômica vendo muito mais dificuldades e entraves para exercerem as atividades. Por sua vez, Garopaba mostrou-se mais otimista vendo neste ramo de atividade um futuro promissor, uma vez que cada vez mais os produtos produzidos no município vêm ganhando mais mercado apesar de alguns entrevistados relatarem que os mercados precisam ser ampliados.
- vi. No município de Garopaba também se observou uma união por parte dos agricultores, todos mostram-se estar trabalhando para o crescimento de um conjunto, as ações são pautadas para que o benefício seja mutuo. Por sua vez, em Praia Grande notou-se um trabalho mais isolado por parte dos atores, embora exista uma associação que trabalhe em conjunto para o benefício mutuo. Estes mostram-se ser mais individualistas em suas questões.
- vii. Outro aspecto muito relevante é questão do saber e das populações tradicionais, ficou muito marcado e evidente que no município de Garopaba existe os traços mais marcantes e fortes das populações tradicionais facilitando com isso um resgate cultural. No município de Praia Grande, apesar de os entrevistados falarem a respeito do saber tradicional não

ficaram evidentes traços culturais no ambiente. Talvez o município deva fazer um resgate cultural para que os conhecimentos não se percam conforme esta sendo evidenciado.

Ao mesmo tempo, que os aspectos abordados na pesquisa são muito semelhantes entre si, após serem avaliados observa-se as diferenças. Deste modo, compreende-se que para que haja a aplicação efetiva de um trabalho pautado nas diretrizes e políticas de DTS, deve-se avaliar o ambiente territorial o qual, a população esta inserida, bem como se deve ter um conhecimento profundo dos atores sociais inseridos neste ambiente, para que a formulação das políticas de trabalho seja eficiente e não fiquem somente no papel. Sendo assim o próximo capítulo será discorrido a respeito das conclusões e considerações finais a cerca resultados o obtidos na pesquisa.

## **6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS, SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA**

O trabalho de pesquisa realizado teve como intuito principal, avaliar as experiências e as possibilidades de desenvolvimento territoriais sustentável em duas áreas da região sul do estado de Santa Catarina.

Neste contexto, foi possível avaliar e comparar às iniciativas e práticas das atividades ligadas a agricultura familiar, e também de agroecologia em ambas as regiões. Possibilitando deste modo, realizar o trabalho proposto.

A concepção do trabalho deu-se através de um estudo de caso comparativo realizado nos municípios de Praia Grande e Garopaba. O município de Praia Grande esta localizado em uma área de amortecimento, em uma unidade de proteção integral, por sua vez Garopaba, esta dentro dos limites de uma área de proteção de uso sustentável.

Para a elaboração do presente estudo foi realizado um aprofundamento teórico e também prático a cerca dos conceitos da concepção de território, desenvolvimento territorial sustentável, gestão pública ambiental e demais conceitos que permeiam em torno da agroecologia e da agricultura familiar. Tornando o processo de construção do presente trabalho mais enriquecedor, bem como subsidiando bases para interpretação dos dados coletados nos questionários aplicados.

Após este aprofundamento teórico, com base no que foi estabelecido na metodologia, foi realizada a interpretação geral dos dados obtidos no questionário e assim realizado, o estudo comparativo.

Deste modo, foram levantados os principais aspectos que podem ser destacados neste estudo, gerando assim a conclusão e considerações finais do presente trabalho.

- i. Em relação às questões referentes ao desenvolvimento econômicos existentes nestas

duas regiões, a questão é bastante delicada, pois, ambos os municípios estão localizados em áreas limites, ou área de amortecimento de áreas de UC's. Neste ponto, deve-se avaliar o meio ambiente local, uma vez que, o crescimento indiscriminado das atividades econômicas resultou na escassez de recursos naturais e diversos problemas socioambientais. Por estarem inseridos em áreas de proteção, todos os limites existentes devem ser respeitos e avaliados. Tanto o limite de recursos naturais como os limites territoriais. Sendo assim, observa-se que nestas regiões há um fator limitante de desenvolvimento, por este motivo as questões referentes à agricultura familiar e agroecologia, bem como turismo de cunho sustentável merecem destaque, e também devem ser desenvolvidos como fonte econômica.

- ii. Considerando as políticas de DTS dentro destes ambientes, conclui-se que as questões referentes à agricultura familiar e a agroecologia dentro deste contexto, tornam mais relevantes o modo como as atividades estão inseridas no meio, do que a própria atividade em si. Sendo o simples fato de inserir uma atividade ligada à agricultura familiar a agroecologia em um determinado ambiente, não implica em fomentar uma política de DTS. Deste modo, a aplicação destas atividades de trabalho, deve ser avaliada, para que se verifique se estão sendo aplicadas ou não dentro das políticas de DTS.
- iii. Ainda em relação às políticas de DTS, percebe-se que há uma necessidade de se criar modelos de desenvolvimento que abranjam os ambientes e as realidades presentes em determinadas áreas. Viu-se que é preciso fomentar políticas bem articuladas e aplicáveis, para que estes modelos saiam do papel e entrem para o campo da realidade. Pois,

nos ambientes em questão, viu-se ações isolados de DTS, e não pautadas dentro de uma realidade conjunta.

- iv. Também foi concluído que para que se haja um fomento de políticas aplicáveis e cabíveis, é necessário que os atores sociais estejam engajados, além disso, deve se conhecer muito bem a realidade e os limites do território onde este programa será aplicado, pois muitas vezes a realidade e a necessidade de um ambiente não é necessariamente a do outro.
- v. Em relação aos atores sociais e o ambiente social, foi observado que é possível estabelecer nas comunidades entrevistadas uma cultura que prioriza as questões de DTS, uma vez que o público mostrou-se engajado. Mesmo que estas políticas de trabalho sejam oriundas de fontes externas, como organizações, associações ou até órgãos públicos, torna-se possível esta aplicação.
- vi. Nos ambientes avaliados observa-se que existe um crescente fortalecimento por parte dos atores sociais envolvidos. Em relação à atuação dos mesmos, observa-se que em ambas as regiões, este fortalecimento está consolidado mediante a implantação de associações de agricultores e produtores agroecológicos. Nestes locais, os atores envolvidos participam ativamente no fomento e implantação de diretrizes de políticas públicas que por sua vez, priorizam a ampliação de mercado, com a finalidade de aumentar a escoação dos produtos produzidos.
- vii. Conclui-se que a participação ativa da comunidade nas questões de desenvolvimento é de suma importância, pois o pensar da coletividade reproduz a forma de querer do todo, e onde se reproduz os mecanismos de sobrevivência material e cultural de uma dada sociedade. O fato de analisar o

pensamento e os sentimentos de uma sociedade é que torna possível a compreensão de quem são o que querem, e para onde se direcionam os seus planos e programas.

- viii. Neste viés, as questões de articulação dos atores sociais através de associações possuem um alerta para algumas fragilidades verificadas através da pesquisa de campo. Na região de amortecimento do Parque Nacional Aparados da Serra observou-se que é necessário vencer alguns obstáculos. O obstáculo mais efetivo a desmotivação por parte dos associados, que foi oriunda pela escassez de recursos financeiros por parte dos órgãos municipais, e falta de apoio técnico para a execução da produção. Deste modo, conclui-se que para as associações funcionarem e gerem resultados é necessário um fortalecimento constante e sólido de apoio por parte de órgãos municipais e demais associações que possam atuar positivamente. Também constatou que os atores possuem a necessidade de possuírem bases e incentivo para poder levar suas atividades adiante.
- ix. Por sua vez, em relação ao meio ambiente natural e os impactos negativos gerados pelas atividades econômicas desenvolvidas, foi verificado que os atores envolvidos possuem uma preocupação em melhorar e preservar o meio ambiente, para que não haja uma escassez de recursos naturais, uma vez que estes sobrevivem do meio ambiente natural. Mas, apesar de se preocuparem com estas questões, conclui-se que os mesmo acabam sendo desconhecedores a respeito das questões que envolvem as UC's e também não se mostraram interessados. Neste contra ponto, viu que é necessário estabelecer mecanismos entre os atores envolvidos para que participem mais



ativamente dos processos de gestão pública ambiental destas unidades, uma vez que são de suma importância para o ambiente e que estes vive.

- x. As políticas de desenvolvimento territorial no Brasil tiveram conforme se observa uma evolução pertinente. O fomento destas políticas se traduz em estratégias de desenvolvimento que baseadas nas questões de desenvolvimento e territorialidade fazendo com que várias regiões possam se apropriar destes conhecimentos. Gerar políticas públicas integradas diminui as desigualdades territoriais podendo atingir deste modo uma maior coesão territorial. Tendo como foco o ambiente rural as políticas públicas pautadas nestes ambientes, precisam de um maior foco de atenção. Pois é, neste ambiente que se encontra disponível os recursos naturais, as maiores reservas de biodiversidade, bem como onde estão áreas que visam ser protegidas, além disto, também é neste ambiente onde se encontra as populações que mais necessitam de créditos e financiamento para exercer suas atividades.

Desta forma, o presente estudo mostrou a importância e também a necessidade de existir um fortalecimento por parte dos atores sociais através de associações ou cooperativas, para que esta união resulte em políticas públicas aplicáveis. Também se conclui que, o fomento de políticas que visem à aplicação de diretrizes e políticas de DTS depende consideravelmente do envolvimento dos atores sociais. Deste modo, o questionário aplicado resultou um meio de contribuir positivamente para a construção da pesquisa, através do aperfeiçoamento das discussões.

Também neste sentindo ao longo do trabalho foi possível identificar uma serie de problemas que podem dar origem a outros trabalhos de investigação, visando uma

maior explanação do que foi abordado, pois esta área de estudo é abrangente e complexa podendo ser vista por vários ângulos. Neste viés, recomenda-se para a realização de futuros estudos:

- i. Realização de um trabalho com vistas nas questões financeiras, de custo e gestão de propriedades rurais. Com a finalidade de levantar se as produções geram retorno econômico favorável ao agricultor.
- ii. Elaborar uma análise comparativa da sustentabilidade ambiental e econômica visando às práticas de monocultura e policultura dos produtos que são produzidos.
- iii. Estudos e projetos de extensão que visem o resgate das práticas agrícolas tradicionais, com a incorporação de novas técnicas que garantam a sustentabilidade ambiental e econômica da comunidade.
- iv. Estudos e projetos que aperfeiçoem as áreas de plantação tornando-as cada vez mais produtiva a partir da agricultura orgânica.

## REFERÊNCIAS

ABROMAVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, et al (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. 448p.

ABROMAVAY, Ricardo. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.IV, n.2, p.379-397, abr./jun.2000.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Agroecologia Resgatando a Agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência e Ambiente**, Califórnia, p.141-156, jul./dez.2003.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro et al. **Planejamento Ambiental**: Caminho para a participação popular e gestão ambiental pra nosso futuro comum. Uma necessidade um desafio. 2.ed. Rio de Janeiro: THEX,2002.161 p.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura familiar na região centro sul do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.43, n.1, jan./mar.2005.

BALEIA FRANCA. Projeto Baleia Franca: Pesquisa e conservação. Disponível em:  
<<http://www.baleiafranca.org.br/>> Acesso novembro/2012.

BRASIL, Decreto nº 4.340 de 22 de Agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 22 de Ago. 2002. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.h](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm)  
tm> Acesso novembro/2012.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007..** Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> . Brasília: MMA/SBF, 2007. Acesso dezembro/2012

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. Amazônia, v.2, n.2, dezembro. 1999.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p2011/10959>>. Acesso em 14 de junho de 2014.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. 4.ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2008.177p.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SOUZA, Marcelo Pereira de. **Área de Proteção Ambiental: Planejamento e Gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: Rima, 2002. 154 p.

CAMPOS, Nei; KROHL, Mara Flora Lottici. Territorialidade: Elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In. STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: L.G.E., 2006.408p.

CARMO, Maristela Simões. Agroecologia: Novos caminhos

para agricultura familiar. **Revista Tecnológica& Inovação Agropecuária**. São Paulo, p 28-40, dezembro. 2008.

CASTRO JUNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice hall, 2002. 242 p.

CONCEIÇÃO, Susiane Gomes; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. Agricultura Familiar e Capitalismo: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, p1-6. 2009.

COUDEL, E.; TONNEAU J. P. Formação para o desenvolvimento territorial sustentável: subsídios para a produção de conhecimentos utilizáveis. In: VIEIRA, et al (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. 448p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DIAS, Airton Darlan. Conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação: estudo de caso da Comunidade Quilombola São Roque, nos

Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. 2010.291p. Dissertação – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 162 p.

DIEGUES, Antônio Carlos; PEREIRA, Bárbara Elisa. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.

**Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

DRUMMOND, Helena Ribeiro. Políticas de Unidade de Conservação no Brasil à luz do desenvolvimento territorial: considerações iniciais. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n.8, ano VIII, p.93-112, agosto. 2012.

DRUMOND, Maria auxiliadora. **Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação**: Manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasília de Desenvolvimento Sócio Ambiental, 2002. 81 p.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: Introdução e Conceitos. In: Agroecologia & Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: DF. Embrapa, 2005. p.51-60.

FILIPPI, E.E; ROCHA, M.T. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil:propostas e fundamentos. UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007.

FLORES, Shana Sabbado; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Desenvolvimento Territorial Sustentável**: uma abordagem sobre sustentabilidade na agricultura.

Disponível

em<[w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/5/shanaflores\\_NEAP.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/5/shanaflores_NEAP.pdf)> . Acesso em 13 de junho de 2014.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para cidade sustentável**. São Paulo: Annablume, 2000.296p.

GAROPABA. Prefeitura de Garopaba. Disponível em: [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br). Acesso em: 15 de março de 2014.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. **Ambientes estudos de geografia**. Rio Claro: Ageto. 2003.252p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4. ed. 175 p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
**Projeto Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinho-Costeiras do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis. 2003. 330 p.

IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro. 2006. 30p.

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.  
**Unidades de Conservação**. Disponível em  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>>

LIMA, Jamille da Silva. A apropriação dos conceitos de desenvolvimento territorial, capital social e economia solidária pelos coletivos organizados no território do SISAL. Disponível

em<WWW.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3291> . Acesso em 13 de Junho de 2014.

LIMA, Jamille da Silva. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: Fundamentos, Pressupostos e Conceitos**. Disponível em<WWW.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/tra\_jamille-da-silva-lima.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2014

LOUREIRO, Carlos Frederico; CUNHA, Claudia Conceição. Educação ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: Elementos para se pensar a Sustentabilidade Democrática. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 6, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008.

MACEDO, Heitor. **Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 289 – 304.

MACHADO, Carlos José Saldanha. Gestão das águas: Mudanças Conceituais na Administração Pública Do Meio Ambiente: Gestão integrada das águas com participação social e negociação sociotécnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n.4, p.24-26, 2003.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília. 2003. 33p.

MAGALHÕES, Daniel. Conceito de Sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. 106 p. Dissertação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2012.



MALO, M.C; AUDEBRAND L.; CAMUS A. A gestão estratégica da organização da sociedade civil: entre o posicionamento e a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. In: VIEIRA, et al (Org.). Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. 448p.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília. 2011. 16 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 288p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisa, Amostragem e técnicas de pesquisa, Elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 p.

MARTINI, L. C. P; TRENTINI, E. C. **Agricultura em Zonas Ripárias do Sul do Brasil: Conflitos de uso da terra e impactos nos recursos hídricos**. Soc. Estado. V. 26, n. 3, set-dez. 2011.

MEDAUAR, Odete. **Constituição Federal**; Coletânea de legislação de direito ambiental. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em**

**Administração.** São Paulo, V.1, n.3,1996.

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e residência.** Brasília: MDA, 2009. 244 p.

PRAIA GRANDE. Prefeitura de Praia Grande. Disponível em: [WWW.praiagrande.sc.gov.br](http://WWW.praiagrande.sc.gov.br). Acesso em 15 de março de 2014.

QUEIROZ, Paulo Valdenor Silva de. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. **Geografia Ensino & Pesquisa.** Ceará, v.15, n. 2, p.117-128, maio-agosto, 2011.

QUINTAS, José Silva. **Introdução a Gestão Ambiental pública.** 2. ed. Brasília: Ibama. 2006. 134 p.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. 197 p.

SAMPIERE, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia da Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: MC GRAW Hill, 2006. 583 p.

SANTOS, Francis do; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Gracieli. Agroecologia e Agricultura familiar: um caminho para soberania alimentar. **Sociedade Brasileira de economia, administração e Sociedade Rural.** Porto Alegre, p 1-6, 2009.

SANTOS, Ailton Dias dos; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do sec. XXI.** 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 471 p.

SANTOS, Ailton Dias dos. **Metodologias Participativas:** Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendo a Questão Ambiental:** temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNESC, 2000. 461p.

STROH, Paula Yane. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. 429p.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas territoriais espaciais. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília: L. G. E., 2006. 408p.

VIEIRA, Paulo Freire. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis.** Florianópolis, v.10, n.2, p.119-141, Jul./Dez. 2013.

VIEIRA, P. F; CAZELLA, A.A. **Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análises.** Disponível em <[www.rimisp.org/seminariotrm/doc/ANTONIO-CAZELLA.pdf](http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/ANTONIO-CAZELLA.pdf)> – Chile > Acesso outubro/2012

VIEIRA, Paulo Freire. Meio Ambiente Desenvolvimento e Planejamento. Disponível em: <[www.cfh.ufsc.br/~aped/meio\\_ambiente\\_desenvolvimento\\_e\\_planejamento.html](http://www.cfh.ufsc.br/~aped/meio_ambiente_desenvolvimento_e_planejamento.html)> Acesso em 13 de junho de 2014.  
VIEIRA, Paulo Freire. Do Ecodesenvolvimento ao

Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Dossiê**. N.14, p.27 -75, abril. 2009.

VIEIRA, Paulo Freire. Gestão Patrimonial de recursos Naturais.Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.).

**Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo:Cortez:Recife: Fundação Joaquim Nabuco,2003.429p.

VIEIRA, P. F et al. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. In: VIEIRA, et al (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. 448p.

ZIMMERMANN, Andrea. Visitação nos Parques Nacionais Brasileiros: Um estudo à luz das experiências do equador e da Argentina. 279 p. Tese – Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

ZIONI, F.; SOUZA, D. V. Pesquisa Social: Métodos aplicados ao Saneamento. In: PHILLIPPI, A. J. (Editor). **Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2005. 599-622 p.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Termo de Livre Consentimento****UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL  
CATARINENSE****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS-MESTRADO E DOUTORADO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(TCLE)**

Prezado (a) Senhor (a),

Eu, Carlyle Torres Bezerra de Menezes, pesquisador da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Pós-Graduação Ciências Ambientais, localizada na Avenida Universitária, nº 1.105, Criciúma, Santa Catarina, com e-mail [cbm@unesc.net](mailto:cbm@unesc.net), e telefones para contato (48) 3431.2729 e (48) 91256606 vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **“DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO CATARINENSE: ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE GAROPABA E PRAIA GRANDE – SANTA CATARINA.”** e que será realizada no âmbito de desenvolvimento de uma dissertação para a conclusão do referido curso.

O (a) Sr (a) deverá ser plenamente esclarecido de que estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo principal **Avaliar as experiências e possibilidades existentes de desenvolvimento territorial sustentável e os processos de construção da gestão pública e participativa nas interfaces e limites entre unidade de conservação de uso sustentável e de proteção integral.**

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Eu me

comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a identificação dos participantes da pesquisa.

Embora o (a) sr (a) venha a aceitar a participar neste projeto, estará garantido que o (a) Sr (a) poderá desistir a qualquer momento bastando para isso informar sua decisão. Deve ser esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro o (a) Sr (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízos por participar dela. Os dados referentes ao sr (a) serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sendo que o (a) sr (a) poderá solicitar informações durante todas as fases do projeto, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta, e que autoriza ainda a gravação da voz na oportunidade da entrevista.

A coleta de dados será realizada pelo acadêmico Quênia de Souza (fone: (48) 91533264) do Curso de Pós Graduação em Ciências Ambientais da UNESC e orientada pelo professor Doutor Carlyle Torres Bezerra de Menezes (fone 48. 91256606). O telefone do Comitê de Ética é (48) 3431.2723.

### **Consentimento Pós-informação**

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo intitulado **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO CATARINENSE: ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE GAROPABA E PRAIA**

**GRANDE – SANTA CATARINA..”**

---

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Participante

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ( )

---

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Data



**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA A SER APLICADA AOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE GAROPABA.**

**PROJETO E DISSERTAÇÃO: “BASES TEÓRICAS E APLICAÇÕES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA”**

**ACADÊMICA: Quênia de Souza**

**PROFESSOR ORIENTADOR: PROF.DR. CARLYLE TORRES BEZERRA DE MENEZES**

**CURSO: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS AMBIENTAIS/UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – CRICIÚMA/SC**

**APÊNDICE B– Questionário****QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO****1) Sexo:**

(1) Feminino (2) Masculino

**2) Idade: \_\_\_\_\_ anos****3) Qual tipo de atividade socioeconômica que você desenvolve na sua comunidade?****5) Qual o nível de escolaridade?**

- |                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| (1) Analfabeto                    | (5) |
| Ensino médio completo             |     |
| (2) Ensino fundamental incompleto | (6) |
| Superior incompleto               |     |
| (3) Ensino fundamental completo   | (7) |
| Superior completo                 |     |
| (4) Ensino médio incompleto       |     |

**6) Qual sua situação civil?**

- |                    |     |
|--------------------|-----|
| (1) Solteiro       | (5) |
| Divorciado         |     |
| (2) Casado         | (6) |
| Viúvo              |     |
| (3) “Amigado”      | (7) |
| Outro. Qual? _____ |     |
| (4) Separado       |     |

**7) Você tem filhos?**

(0) Sim    (1) Não

**8) Eles participam na atividade de vocês?**

(0) Sim    (1) Não

**9) Gostaria que seus filhos exercessem a mesma atividade?**

(0) Sim    (1) Não

**10) Por quê?**

**11) Qual sua naturalidade?**

**12) Caso não seja nascido na local, quanto tempo reside?**

---

**13) Gosta de morar aqui?**

(0) Sim    (1) Não

**14) O que mais lhe identifica no local?**

---

---

**15) Há quanto tempo você atua nesta atividade?**

**16) Como começou?**

**17) Você realiza alguma outra atividade fora do seu ramo de trabalho? Quais?**

**18) Nas atividades que você desenvolve ou na comunidade que você vive, existe algum conhecimento**

**ou saber tradicional que é utilizado como forma de atividade subsistência?**

**19)Em caso afirmativo, você saberia dizer quanto tempo esses conhecimentos são repassados entre as pessoas?**

**20)Você tem ideias de valores referentes aos serviços ou produtos elaborados nestas atividades?**

**21)Vocês veem dificuldades em exercer ou manter estas atividades?**

**22) Você tem conhecimento de que produtos ou serviços se destacam em termos de valores econômicos ou social produzido em sua comunidade?**

**Caso positivo? Quais.**

**23) você tem conhecimento dos processos de gestão publica em unidades de conservação?**

**24) Caso afirmativo? Em que tipo de unidade de conservação ou espaço de gestão publica ambiental você atua ou já atuou?**

**25) Em caso de participação em unidades de conservação. Qual o nível e/ou forma de participação?**

**26) Que considerações ou comentários você gostaria de fazer a respeito dos temas abordados?**